

14.16

# Jornal do Professor de 1º Grau

Ministério da Educação — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP)

Brasília, Ano IV, nº 16, de 1989

# REPÚBLICA



**Ensino e  
República:  
100 anos  
(págs. 6 e 7)**

**Mestre  
Anísio  
Teixeira  
(pág. 8)**

**Florestan  
Fernandes  
Fala  
(págs. 4 e 5)**

# 100 ANOS

---

## A LIBERDADE ABRE AS ASAS SOBRE NÓS

# EDITORIAL

**E**m 15 de novembro de 1989 os brasileiros têm um encontro com a história social e política, primeiro ao comemorarem o centenário da Proclamação da República e, segundo, pelo retorno ao direito de escolher o seu dirigente máximo, o presidente da República.

O ideal republicano nasceu na Grécia, quando filósofos e pensadores clássicos sonhavam com a liberdade e anteviam na República (administração da coisa pública) a forma de Governo capaz de trazer mais igualdade, justiça e bem-estar para a população.

No Brasil, o sonho de República fez parte de todos os movimentos libertários e nativistas. Desde a luta dos nordestinos contra a ocupação holandesa no século XVIII, e neste mesmo século, a rebelião negra liderada por Zumbi dos Palmares, no interior alagoano. A República esteve mais viva e, talvez, mais próxima na Conjuracão Mineira de 1789, cujo bicentenário também comemoramos neste ano. E era precisamente o objetivo maior dos Inconfidentes a transformação da colônia subjugada em República independente, tanto assim que na sentença final que condenou Tiradentes à morte, os seus julgadores afirmavam que tal pena lhe era imposta por "participar do imperdoável crime de querer fazer deste País uma República". Estes ideais estiveram cristalizados na Revolução Pernambucana, na Confederação do Equador de 1825 e na Epopéia Rio-Grandense da República de Piratini. Do exterior dois grandes movimentos revolucionários se constituíram exemplos animadores aos brasileiros: a Declaração da Independência dos Estados Unidos, em 1776, e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, conquista maior da Revolução Francesa de 1789.

O tempo da conquista, porém, não terminou com a Proclamação da República. Os ideais não estão todos satisfeitos. Nos últimos 117 anos, segundo estudos recentemente divulgados, o Brasil foi o país do mundo que mais cresceu, tornando-se 153 vezes o que era em 1870. Há um século tínhamos 14 milhões de habitantes, hoje temos mais de 140 milhões. O percentual de analfabetos era de 85%, hoje é de 20% (ainda injustificavelmente muito alto!). O número de escolas de 1º Grau passou de 8.160 para 250.000; de 258 para 25.000.000 de alunos no 1º Grau...

Muito foi feito, muito mais há por fazer! Em especial nas áreas sociais (Educação, Trabalho, Saúde, Habitação, Transporte) cujos indicadores, nestes 100 anos, não acompanharam as estatísticas financeiras e de riqueza material do País.

O encontro do Brasil com o futuro começa no dia 15 de novembro, ao celebrarmos os primeiros 100 Anos da República. As eleições presidenciais constituem o marco mais significativo de todas as comemorações. São os ideais de 1889 redituídos, encontrado com a modernidade, com a cidadania plena (substancialmente enriquecida com os votos dos analfabetos e dos maiores de 16 anos, garantidos pela Constituição de 1988); encontro com um projeto político que assegure a prosperidade e a dignidade social. Também reencontro com a Democracia, ao comemorarmos o ideal libertador, escolhendo o presidente da República, através do voto direto. Isto é fazer história, é valorizar o sonho, é voltar a praticar e viver a cidadania.

# Conversa com o professor

O Jornal do Professor recebeu Nota Oficial do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, subsidiado por diversas entidades da área educacional, cujo teor publicamos abaixo:

## Em defesa da escola pública

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB, que reúne entidades nacionais de caráter científico, estudantil e sindical e outras instituições da sociedade civil, empenhadas na construção de uma escola pública universal, democrática e de qualidade, vem denunciar as manobras dos setores conservadores, historicamente comprometidos com a escola privada, que tentam confundir a opinião pública quanto a questões centrais da nova legislação de ensino.

Nós, que lutamos pela escola pública, defendemos a idéia de que a melhoria da qualidade de ensino está diretamente relacionada à aplicação maciça e adequada dos recursos públicos na rede pública de ensino.

Os falsos argumentos de que esta posição é incompatível com o atual estágio da sociedade ocultam as intenções privatizantes dos setores conservadores que auferem lucros extorsivos na exploração do ensino particular.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB vem expressar à sociedade brasileira seu reconhecimento do processo democrático da Comissão de Educação da Câmara Federal, do qual vem participando dezenas de entidades educacionais e instituições da sociedade civil, bem como de órgãos governamentais, possibilitando uma nova forma de elaboração legislativa na história da educação brasileira. Reconhece, assim, que o Projeto Substitutivo do deputado Jorge Hage representa um passo à frente neste processo democrático em andamento.

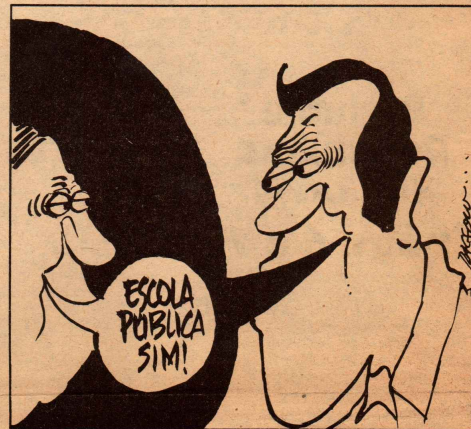
Os artigos críticos, veiculados na imprensa a este projeto, representam a tentativa de esvaziar a riqueza deste debate, chegando a esboçar-se no Congresso Nacional proposta de emenda constitucional — liderada pela deputada Sandra Cavalcanti — suprimindo a necessidade da própria LDB, como se a Constituição tivesse esgotado a questão.

Conscientes de que a Constituição toma obsoleta a legislação em vigor e prevê a regulamentação em lei de diversos de seus artigos, é inadiável escrevermos juntos —

senadores, deputados, educadores e povo — uma LDB que consolide as conquistas constitucionais e viabilize a reconstrução da Escola Pública no Brasil.

Por uma escola pública, gratuita, universal, democrática, unitária e de qualidade. Pela valorização dos educadores

de todo o Brasil!  
 Ande — Andes-SN — Anpae — Amped — CBCE — CEDES — CGT — CNTE — CNTEEC — Conan — Conarcte — Consed — Contag — Crub — CUT — Fasu-bra — Fbapel — Fenarj — Fenas-e — Fenoc — OAB — SBF — SBPC — Ubes — Undime — UNE.



## A educação no limiar da república

"Junta e rever a história, superar litígios teóricos, fazer do passado um laboratório sobre a formação da identidade brasileira, advertir o futuro, projetar a revolução educacional necessária". Estes os objetivos da exposição "A Educação no Limiar da República", concebida pela professora Rejane de Medeiros Cervi, da Universidade Federal do Paraná, e promovida pelo Pedagógium — Museu da Educação do Inep, realizado em Brasília em outubro passado como parte das comemorações dos 100 anos da Proclamação da República.

A mostra percorre a trajetória da Educação no Brasil, através de fotos e documentos de época, desde os tempos do Império até o limiar da República. As reformas experimentadas pela educação brasileira na última década do Império já sob a influência de idéias liberais, a reorganização do sistema educacional liderada por Benjamin Constant, primeiro ministro da Instrução Pública, e inspirada em sentimentos nacionalistas e na separação da Igreja e do Estado resultante

da Proclamação da República, o primeiro amplo debate público sobre a questão educacional, protagonizado pelo ministro da Justiça, João Luis Alves, o surgimento dos primeiros institutos de ensino profissional e das Escolas de Aprendizagem e Artes, a criação das primeiras universidades livres e da primeira universidade oficial, a Universidade do Rio de Janeiro, são alguns dos momentos da história da educação brasileira resgatados na exposição.

O evento marca a reinstalação, pelo Inep, do Pedagógium — Museu da História da Educação Brasileira, criado em 1890 e extinto em 1919, como forma de valorizar e preservar a memória educacional do País e criar um centro de referência para pesquisadores e interessados na área.

N. do E. — Para uma visão mais detalhada acerca da evolução da educação no Brasil, as diferentes denominações dos ministérios que estiveram encarregados das questões educacionais no período republicano, consulte a matéria das páginas 6 e 7.

## Jornal do Professor de 1º Grau

Presidente da República  
 José Sarney  
 Ministro da Educação  
 Carlos Sant'Anna  
 Secretário-Geral  
 Ubirajara Brito  
 INEP  
 Diretor-Geral  
 Manuel Marcos Maciel Formiga  
 Diretora de Estudos e Pesquisas  
 Maria Lais Mousinho Gudi  
 Diretor de Planejamento e Administração  
 Carlos Avancini Filho  
 Diretora de Documentação e Informação  
 Sílvia Maria Galliac Saavedra  
 Coordenadora de Editoração e Divulgação  
 Samira Abrahão Rodrigues Pinheiro

Jornal do Professor de 1º Grau  
 Comitê Editorial  
 Léa Pinheiro Paixão, Maria Helena  
 Silveira, Fátima Cunha Ferreira Pinto,  
 Jader de Medeiros Brito  
 Editora e Jornalista Responsável  
 Ana Luíza Fleck Saibro  
 Rep. DRT-DF — 21.68/88  
 Assistente Editorial  
 Roberto Cicello  
 Revisão  
 Tânia Maria Castro  
 Antônio Bezerra Filho  
 Apolo  
 Djânira Tavares de Sousa  
 INEP  
 Caixa Postal 04/0366  
 70.312 — Brasília — DF  
 Tiragem deste número 300.000



# República, escola e religião

**Luiz Antônio Cunha\***

O ensino da religião católica, nas escolas públicas brasileiras, no período imperial, era uma consequência da união entre Igreja e Estado. Essa união, herança dos tempos coloniais, chegava a tal ponto que houve quem dissesse que a Igreja Católica, no Brasil, era nada mais do que um apêndice da administração civil.

O imperador tinha amplos poderes sobre a Igreja, pois podia censurar as bulas do Papa, endossar a nomeação dos bispos e até determinar os currículos dos seminários. Mas, por outro lado, cobria as despesas de todo clero e garantia que não seriam difundidas outras doutrinas religiosas além da católica. Neste sentido, os estatutos das escolas superiores (todas estatais) previam esse tipo de proibição.

Nas três últimas décadas do século XIX, essa simbiose Igreja-Estado começou a incomodar aos religiosos e aos políticos. De um lado, o Vaticano pretendia aumentar o controle sobre o clero brasileiro, de modo a desenvolver uma atividade religiosa sem as limitações existentes. De outro lado, as forças políticas emergentes — os liberais e os positivistas — pretendiam que o Estado brasileiro fosse sintonizado com os seus contemporâneos, e adotasse uma completa neutralidade em matéria de crença religiosa. Com a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, e a promulgação da Constituição de 1891, a Igreja Católica foi declarada separada do Estado — passou, assim, da esfera pública para a esfera privada. O Estado foi proibido de financiar qualquer tipo de atividade religiosa, bem como nenhum tipo de ensino religioso podia ser ministrado nas escolas públicas. Era o ensino laico (isto é, não religioso). Os professores, por sua vez, não precisavam mais fazer juramento de fidelidade à religião oficial. Podiam adotar, para si próprios, qualquer crença e até mesmo não ter crença alguma. Para os alunos, nenhum ensino religioso, nem a crítica das religiões que professassem.

Essa independência da escola pública diante das crenças religiosas não foi iniciativa brasileira. Ela nasceu na França e chegou aqui 100 anos depois: o ensino laico nas escolas públicas foi um dos princípios da Revolução Francesa de 1789.

Mas, se os liberais e positivistas mantiveram-se laicos, aliando-se nesta questão aos movimentos populares de orientação socialista, libertária e sindicalista, o mesmo não aconteceu com a Igreja Católica. Ao contrário das Igrejas Evangélicas, que cresceram bastante após o fim do oficialismo religioso, surgiu nos anos 20 um forte movimento de bispos (como o Cardeal Lemme) e de leigos (como o filósofo Jackson de Figueiredo) em prol da hegemonia da Igreja Católica no Brasil, conhecido como NEOCRISTANDADE. Para isso, dispunham de um extenso programa, que incluía medidas educacionais: de um lado, a criação de uma universidade católica; de outro, a introdução do ensino da religião nas escolas públicas, como disciplina do currículo oficial.

Era justamente nessa época que a sociedade brasileira estava sendo sacudida por fortes lutas sociais e políticas. Durante as duas primeiras décadas deste século, houve uma série de movimentos operários pela conquista dos mais elementares direitos trabalhistas, seguidos de violentas medidas repressivas. Não se pode esquecer que um Presidente da República (Washington Luís) chegou a afirmar que "a questão social é uma questão de polícia"! Logo depois dos movimentos operários, vieram os pronunciamentos militares que tinham sua base nas camadas médias. Nos anos 20, os dois tipos de movimentos chegaram a ter alguns objetivos comuns, como a reforma agrária. Foi o medo da reforma agrária que abriu as portas das escolas públicas para o ensino religioso.

O governo de Minas Gerais deu o primeiro passo. O presidente (como então se chamavam os governadores) Antônio Carlos de Andrada alertava as demais autoridades para os movimentos populares, por ver neles ameaças à propriedade e à ordem social que a garantia. Foi dele a famosa frase: "Façamos a revolução antes que o povo a faça". Mas, antes disso, Antônio Carlos de Andrada descartou a Constituição e baixou decreto, em 1928, autorizando o ensino do catecismo nas escolas primárias do seu estado. No ano seguinte, a Assembléia Legislativa mineira aprovava lei, determinando o ensino da religião nas escolas primárias, secundárias e normais. A freqüência às aulas seria facultativa e não se mencionava a religião a ser ensinada.

Mas, os procedimentos indicados eram tais que, na prática, somente a religião católica poderia ser ensinada a todos os alunos.

Era a "colaboração recíproca" entre Estado e Igreja.

A justificativa do presidente/governador de Minas Gerais era que a religião impediria a rebelião, e levaria à obediência das leis e da hierarquia.

Foi essa a mesma justificativa do governo ditatorial de Getúlio Vargas, organizado por força de uma revolução apoiada pelo governo de Minas Gerais, para o decreto que instituiu o ensino religioso em todo o país, em 1931, conforme o modelo mineiro.

Os educadores progressistas não aceitaram esse decreto da ditadura varguista. O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA, de 1932, o condenava. Ele foi assinado tanto por liberais, como Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, quanto por socialistas, como Paschoal Lemme e Hermes Lima. Mas, a mobilização eleitoral da Igreja Católica foi mais forte, de modo que a Constituição de 1934 incorporou os termos do decreto de Antônio Carlos e Getúlio Vargas. E todas as Constituições, desde então, determinaram a obrigatoriedade do ensino religioso para a escola (primária ou de 1º grau), mas facultativo para o aluno.

Mas, nem por isso, essa é uma posição pacífica. Existem seguidores de várias religiões, inclusive católicos, que entendem que a melhor forma de ensinar a sua religião não é pela escola, como se faz com o Português e a Matemática, mas, sim, pelo TESTEMUNHO, pela prática e pelo exemplo, portanto, os não-crentes reclamam que a predominância de certas religiões em uma dada área (ou no corpo docente de certa escola) acaba por restringer os alunos e seus pais a não pedirem isenção da freqüência às aulas.

Pior ainda, é a situação praticamente obrigatória da disciplina de religião, para os alunos, apesar de seu caráter facultativo.

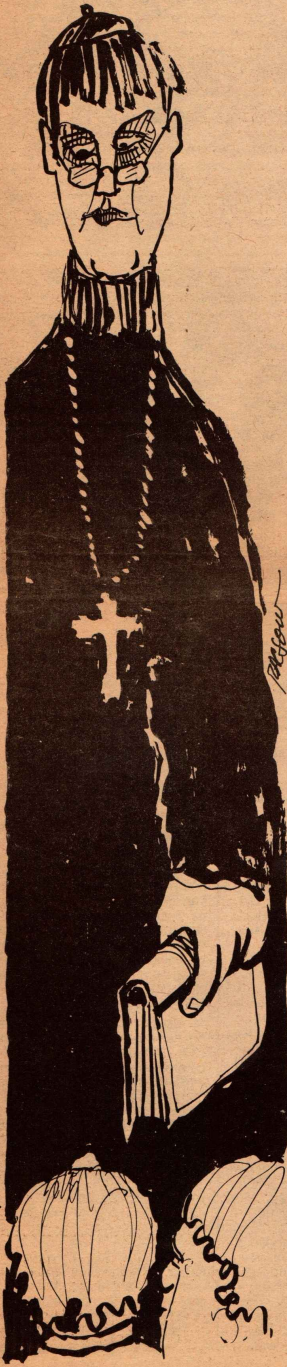
Por tudo isso, os participantes da IV Conferência Brasileira de Educação, realizada em Goiânia, em setembro de 1986, aprovaram um documento que reivindicava, entre outros pontos, o ensino laico nas escolas públicas, na linha dos fundadores da República (1889) e dos pioneiros da educação nova (1932).

Nesses 100 anos, a posição dos LAICOS tem permanecido praticamente a mesma, apesar de terem perdido a posição conquistada na primeira Constituição republicana. No entanto, os religiosos têm mudado muito durante todo esse tempo.

Deixaram de ser "funcionários públicos" e muitos até mesmo recusam-se a ser instrumentos ideológicos do conformismo do povo brasileiro.

Não será uma surpresa se eles também vierem a defender o ensino laico nas escolas públicas, mantendo a religião em sua esfera própria, com uma pedagogia que não serve para o ABC nem para a tabuada: O TESTEMUNHO.

\* Professor Titular de Sociologia da Educação da Universidade Federal Fluminense.



□ Depoimento Florestan Fernandes

# MEMÓRIA VIVA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

**F**lorestan Fernandes, lutador incansável na defesa da escola pública gratuita e laica. Escola pública, cuja realidade e cruzada sentiu no corpo e na alma. Nascido na cidade de São Paulo, em 1920, chegou à escola primária — num relato que ele faz — com a recomendação de sua mãe, Maria Fernandes, que disse ao diretor da escola: — “Senhor, faça dele um homem seu pai!” Escola primária que teve que interromper no terceiro ano para ganhar o sustento e ajudar a família. Perseverança, autodisciplina e determinação levaram-no ao curso de Madureza, que permitiu-lhe ingressar na Universidade de São Paulo, em 1941, no curso de Ciência Social, então no prédio da Praça da República.

Na trincheira do ensino, Florestan Fernandes começou seu trabalho muito ce-

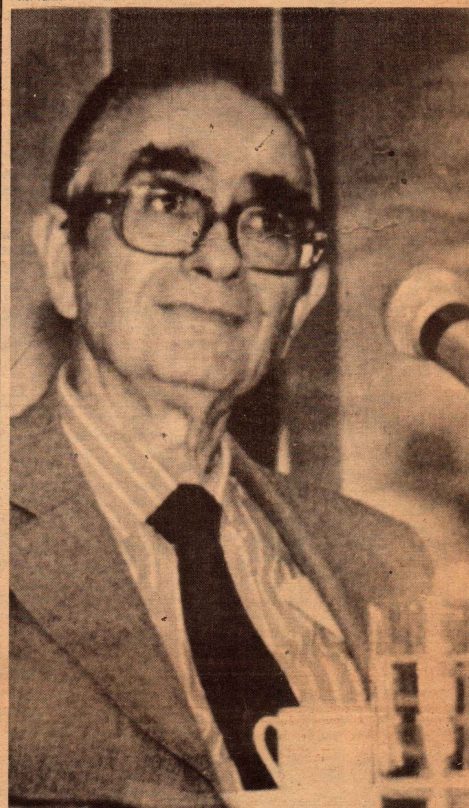
do, em 1945, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, onde formou gerações, corações e mentes, até 1969, quando foi compulsoriamente aposentado pelo Ato Institucional nº 5. Na esteira da fuga, da expulsão de cérebros, ele foi para a Universidade de Toronto, no Canadá, onde ensinou até 1972. Antes, entre 1965 e 1966, havia estado na Universidade de Columbia e em 1977 e 1978 em Yale. A partir de 1978 passa a ser professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Após ter ensinado quase 25 anos na USP e de lá ter sido tragicamente excluído, só 17 anos depois, em 1986, voltou à Faculdade de Filosofia.

O trabalho de publicista também começou cedo, em 1943. E ele veio escrevendo em muitos jornais e revistas ao longo de mais de 40 anos. É no decorrer do pro-

cesso Constituinte, finalizado em 1988, que a contribuição na batalha das ideias tem sido mais intensa. Antônio Cândido lembra que é possível distinguir na carreira de Florestan três momentos predominantes, apesar de que esses momentos sempre se misturaram: o dos anos 40, dos anos 50 e dos anos 60. O Florestan dos anos 40 é o da construção do saber, que ao construir o seu, constrói a possibilidade de saber dos outros. O Florestan dos anos 50 é o que começa a se apaixonar pela aplicação do saber ao mundo porque, tendo já os instrumentos na mão, se dedica a aplicá-los para compreender os problemas do mundo. O terceiro, é o Florestan que tendo aplicado o saber à compreensão do mundo, transforma-o numa arma de combate.

Maria Rosa Abreu de Magalhães, profª da Universidade de Brasília

Foto: Vanderlei Pires



## Anísio Teixeira e sua geração

**A** primeira coisa que gostaria de fazer é uma saudação a Anísio Teixeira para recuperar aquela figura humana que deu tanto aos outros e recebeu em troca a exclusão.

É uma homenagem que não pode ser singular, porque ela é uma homenagem a uma geração muito ampla, que contou com Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, Roger Bastid. Não se pode esquecer outros nomes. A História registra todos eles. E se podemos dizer que eles advogaram a causa de uma concepção burguesa da revolução educacional, é preciso atribuir grandeza histórica a essa revolução, porque pretendiam por aí ocupar os espaços de uma civilização que não tinha chegado no Brasil até o fundo de suas potencialidades. Portanto, queriam passar o Brasil a limpo, por o Brasil na idade histórica em que eles viviam. Lutaram denodadamente. Lutaram contra cruzados, alguns de muito valor, valor intelectual e valor humano, precisamos reconhecer, mas que estavam obnubilados por uma concepção da educação que já fora ultrapassada, primeiro, pela própria República, depois pela pedagogia moderna.

O valor de Anísio Teixeira e que pretendia criar no Brasil um tipo de escola que expressasse a nossa realidade humana, que fosse capaz de funcionar como um di-

namo na criação de um processo civilizatório que rompesse de uma vez com o passado. Ele era um homem em permanente diálogo filosófico com ele próprio e com os outros. E nesse diálogo filosófico o problema central era o enigma da educação. Como usar a educação para transformar a natureza humana, para criar um novo padrão de cultura e para criar uma sociedade civilizada que o Brasil não possuía e ainda não possui.

Se nós temos, hoje, a obrigação de partir de outros pontos mais avançados, esse não é um problema dele, é um problema da História. A História deslocou os seus eixos e nós fomos colocados dentro de uma perspectiva mais avançada e podemos discernir transformações ainda mais profundas, alimentar esperanças que ele não ousou insular nos seus companheiros e nos seus seguidores e, ao mesmo tempo, colocar o ideário educacional dentro do campo da ação política, da ação transformadora do homem.

A importância do INEP na gestão Anísio Teixeira

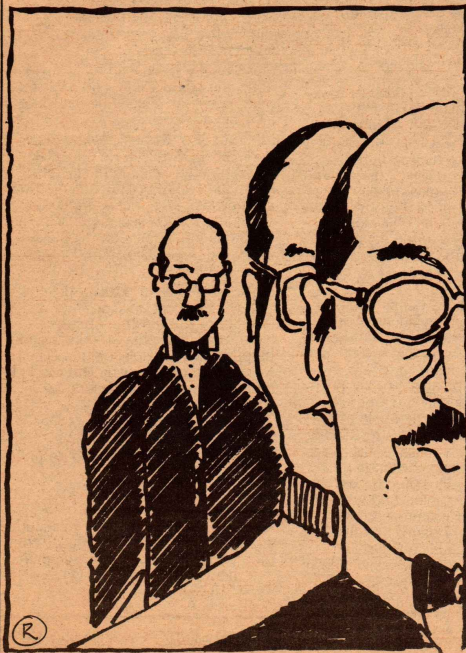
Devo dizer que a importância do INEP e a importância de Anísio Teixeira são duas coisas tão associadas que o passado anterior do INEP desapareceu, ele se estomou na nossa memória histórica. O INEP ficou o próprio Anísio Teixeira. Ele encarnou os ideais de

transformação da educação que Anísio Teixeira defendeu. E devo dizer que Anísio Teixeira via o problema da educação de uma perspectiva muito ampla. Ele não pensava a educação em termos restritos de uma atividade segregada, isolada do mundo. Quando pensava na educação, ele e os outros companheiros de geração pensavam na Pedagogia, na Filosofia, na Sociologia, na Psicologia que são matérias por assim dizer intrínsecas à própria natureza do ato educacional. Portanto, eles possuíam uma concepção arquitetônica, grandiosa, da educação.

Esses educadores não vieram da educação para a transformação da realidade. Eles fizeram o caminho inverso: vieram da transformação da realidade para a educação e para a concepção dos meios que o educador deve utilizar, de saber e de ação para atingir os fins da educação. Eles foram, sobretudo, grandes reformadores sociais, que se dedicaram à educação porque concebiam que a educação era o elemento central da transformação do mundo.

Esses homens concebiam a reforma educacional como eixo central da transformação da vida e fizeram reformas de grande importância, de grande significado histórico.

Portanto, trouxeram para cá



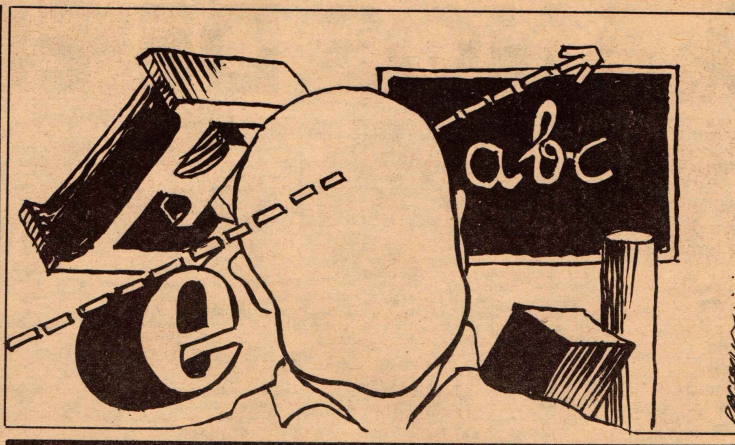
esse espírito de reforma e de uma reforma estrutural, uma reforma que os senhores podem comparar à reforma agrária, e que eu ouso dizer que é mais importante que a reforma agrária, porque se as vilmas da concentração da propriedade da terra tivessem um outro padrão de vida, um outro nível educacional, há muito tempo nós não teríamos problemas da terra no Brasil, problemas de política agrária etc. Portanto, queriam desmatar essa imensa floresta que ficou no espírito dos que sucederam aos colonizadores, com as mesmas metas que transformaram o Brasil numa fonte permanente de privilégios para os poderosos. E nisso foram corajosos.

E o INEP seria uma alavanca nesse processo. Ele iria congrega investigadores, homens de pensamento e de pesquisa, recursos educacionais de vários tipos, para se pôr à disposição da sociedade para construir novos caminhos, novos fins, para repetir uma frase de Fernando de Azevedo, na área da educação. Então, o significado do INEP é tão importante quanto foi o do desenvolvimento da Semana da Arte Moderna ou quanto à fundação da Universidade de São Paulo. É uma inovação que fitna raízes dentro das nossas realidades mais profundas, que ia até as contradições insolúveis dentro de uma sociedade capitalista dos problemas brasileiros e que, portanto, poderia desencadear dentro do País um processo de mudança de um alcance inenarrável.

**Os pioneiros da educação nova e o ensino público/privado**

Os pioneiros da educação nova tinham em mente um objetivo estratégico não consensado, que era, através do Conselho Federal de Educação, criar um instrumento de transformação educacional de cima para baixo. Eles não contaram com o que a sociedade brasileira é capaz de fazer com as inovações. Mas, de qualquer forma, o Conselho Federal de Educação era um objetivo com propósitos muito mais amplos do que aparentava. No mais, o que eles pretendiam era consagrar o que sempre foi o elemento nuclear da concepção pedagógica de Anísio Teixeira: a educação não é privilégio, a educação deve ser posta ao alcance de mais pobres, dos mais humildes. Ele travou essa batalha durante toda a sua vida. E tanto de quanto Fernando Azevedo tinham vínculos profundos com a formação religiosa. E, no entanto, queriam uma educação que fosse democrática, laica, gratuita. E defendiam a democratização do ensino público, quer dizer, pela via da escola pública e gratuita, para todos.

Houve uma polêmica muito complexa entre liberais e conservadores, entre católicos e agnósticos, entre idealistas e pessoas que queriam objetivos mais limitados e o fato é que a escola pública estava em crescimento. E escola pública em crescimento significa escola privada em processo de empobrecimento. Trouvou-se, então, uma disputa que eu caracteizei uma vez, de um lado a igreja querendo ter o monopólio da educação de mentes e corações — felizmente nem a minha mente nem o meu coração, mas daqueles que fossem às escolas católicas —, o setor comercializado tentando transformar o ensino em uma atividade empresarial, definitivamente, a possibilidade de competir com esse sistema público em crescimento, limitando a sua ca-



pacidade de expansão.

O fato é que Carlos Lacerda não foi o autor do projeto. Houve um grupo de educadores e intelectuais católicos ligados ao ensino privado comercializado que elaborou um novo projeto e Carlos Lacerda apresentou o substitutivo.

Naturalmente, esta batalha se travou em torno de princípios, como o da liberdade de ensino. A liberdade é da escola, a liberdade é da família? Atrás de cada uma dessas amadilhas existe uma solução. E, por aí, a drenagem dos recursos públicos para a educação pode-se fazer de várias formas. Para mim a verba deveria ser, como pensava Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros, destinada ao ensino público.

**Os avanços obtidos pela constituição de 1988**

Acredito que devíamos falar sobre os avanços que não foram obtidos e que vão ser conseguidos dentro de poucos anos, espero, quando fizemos uma revisão constitucional. A nossa Constituição é uma Constituição inacabada. Ela é uma sonata que não terminou. E ela não responde às exigências históricas do presente da sociedade brasileira. Mas se respondesse daria no mesmo, porque a questão é de poder. Quem pode controlar as estruturas de poder, o sistema de poder e usar a Constituição como um elemento de transformação da ordem, porque vocês sabem que existem duas concepções opostas de Constituição: uma concepção estática codificadora, tecnicista, os princípios estão enumerados e cada caso precisa ser resolvido de acordo com aquele código que é fornecido pela Constituição. E existe um outro paradigma, que foi, por exemplo, o da Constituição portuguesa elaborada depois da Revolução dos Cravos, e que hoje está em processo de regressão em Portugal. Aquela era uma Constituição dinâmica, uma Constituição feita para promover avanços sucessivos. Ela prevê situações existentes e situações que poderão ser criadas ao longo do processo histórico. E o Direito, então, inclusive, na forma mais pura do Direito que é o Direito Constitucional, ele não é apenas uma arma de defesa da ordem, ele é um

instrumento de aperfeiçoamento e de transformação da ordem.

**Importância da lei de diretrizes e bases da educação nacional**

Hoje, o grande drama central da sociedade brasileira é o da liberação das classes destituídas, tanto dos trabalhadores livres quanto dos trabalhadores semilivres, quanto àquele exército de miseráveis da terra que são tão numerosos na cidade quanto no campo.

A Lei de Diretrizes e Bases, para ter sentido precisa destacar-se do topo, ela precisa focar-se na base da sociedade. De outro lado, ela não deve centralizar o poder de decisão em cima, ela deve descentralizar a capacidade de decisão.

Eu não sou um educador. Sou um professor, sou um sociólogo, sou um intelectual, mas acho que ainda seria preciso alguma coisa a mais para eu me apresentar de público como um educador. Mas, por ter sido privado da escola, por ter sido uma pessoa que saiu do curso primário no início do 3º ano, que queria estudar e conseguia livros emprestados, aprendia sozinho, foi ao curso de Madureza, chegou à Universidade na idade normal, porque o antigo art. 100 oferecia esse privilégio. Eu podia concorrer ao pré-universitário e podia concorrer diretamente ao exame de habilitação. Entrei nos dois.

Pois bem, cheguei lá e, exatamente por causa da minha privação, por causa dos amigos que eu vi se tornarem bandidos, vi se tornarem alcoólatras, dos grandes homens humildes que conheci, jovens e velhos, e que nunca foram nada porque estavam privados do conhecimento, porque não tiveram meios para se educar. Por isso, para mim, o elemento central da educação está na escola e, dentro da escola, na sala de aula; há esse binômio: sala de aula e escola. E isso é ignorado. É muito importante que nós reitemos da educação as cadeias que a amarraram a uma sociedade muito hierarquizada, muito autocrática, muito repressiva. Liberar o processo educacional, transferir para dentro da sala de aula o caráter que ela tem de experimentum crucis no nível mais profundo de uma pessoa que se dá a outra.

A aprendizagem precisa ser li-

berada, as mentes precisam ser criativas. Então, temos de inventar toda a nossa rota pedagógica, acompanhando as vias históricas novas. E isso é uma coisa que não existia no ideário dos educadores, dos pioneiros da educação nova. Eles queriam quebrar os privilégios.

Hoje, já podemos pôr de lado essa necessidade de quebrar privilégios, embora eles existam, para lutar, para que a escola e a sala de aula retomem toda a sua dignidade, toda a sua importância. Não fazer uma lei para impedir que eles funcionem, para que as coisas subam de uma autoridade escolar para a outra até chegar às mãos do Ministro. Parece que o Ministro não tem mais o que fazer! Ele tem de assinar toda a papelada. Ora, é uma concepção retrógrada do processo educacional. O processo educacional se desenvolve dentro da escola. E se é preciso criar uma lei de diretrizes e bases, essas diretrizes e bases são apenas coordenadas, que visam a impedir que dentro dessa imensa liberdade se instaure uma anarquia que destrua todo o processo educativo.

O outro elemento é aquele que eu tenho definido como a incorporação dos excluídos. Hoje, o drama da Universidade não é só de melhorar a sua qualidade, a sua transparência, a sua capacidade de produzir bom ensino, conhecimento original, ela é, principalmente, a de levar o conhecimento mais avançado àqueles que não tiveram a oportunidade de aprender, àqueles que foram expulsos. Primeiro, foram expulsos socialmente e, depois, cultural e economicamente e que precisam ser reincorporados. Temos de aprender. Pode-se conseguir isso de uma maneira severa, como fazem os japoneses; pode-se fazer isso de uma maneira branda, tolerante, suave, como seria a da transição da pedagogia ocidental mais inovadora, e eu acho que nós temos de quebrar essas barreiras, de impedir esse afilamento do sistema de ensino, que debati muito na campanha em defesa da escola pública. Permitirá que o País dê um salto enorme na direção da criação de novos destinos e se torne uma nação autônoma e, inclusive capaz de colocar a questão de capitalismo ou socialismo como uma opção das classes, co-

mo uma opção, uma escolha daquelas que estão em confronto e não como uma imposição da ordem.

Então, aí está um delineamento um pouco sumário, ou muito elementar da minha posição, que pode ser tachada de ideológica, mas tudo é ideológico. Também é ideológico defender uma concepção de educação que leva ao Conselho Federal de Educação, com qualquer que seja a sua qualidade e abertura e ao Ministro a decisão de todos os problemas. Os problemas fundamentais têm de ser resolvidos onde eles surgem. Se eles precisam ir para o top, então essa sociedade é uma sociedade que politiza a educação de tal maneira que acaba destruindo a educação como um processo psicológico e como um processo de desenvolvimento dinâmico da personalidade.

**Educação para a classe trabalhadora**

Educação para a classe trabalhadora. A educação para a classe trabalhadora não começa, como se pensa, na escola. O grande drama da educação é que seus problemas aparecem no sistema escolar, mas nascem antes, quando a criança ainda é parte do ventre da mãe. Se vocês estudam uma filha vocês aprendem como se educa a criança quando ela é um ser vivo que não anda, não fala, não come, não bebe e não se atravessa da mãe. A educação começa aí. Ou então a deseducação, a destruição. E nós, nessa fase, ignoramos a criança, ignoramos que a educação começa aí. E há toda essa fase que vai do zero aos seis anos que nós pensamos resolver com creches, com escolas, mas que não são atingidas pelas creches e pelas escolas, são atingidas pelas famílias, são atingidas pela vizinhança, são atingidas pela opressão da classe, pela exploração de classe. E, por isso, é necessário transformar a sociedade, para termos o requisito principal, número de imaginar uma educação necessária à classe trabalhadora.

Há muitos que pensam na educação para a classe trabalhadora como uma educação exclusivista. E trabalhador? Então vai ser operário, ele precisa de uma educação técnica, precisa ser instruído, não educado, ele precisa ser adestrado, não pôido, intelectualizado! Ora, o trabalhador tem tanta necessidade da cultura quanto aquele que não é trabalhador, aquele que é proprietário dos meios de produção. Por que os que são proprietários dos meios de produção têm capacidade de comandar, a arrogância de mandar etc? Porque eles aprendem nas escolas uma educação de classe e adquirem uma cultura geral que é uma cultura formativa. Temos de dar ao trabalhador essa mesma educação. O educador precisa conhecer o mundo, aplicar o mundo, transformar o mundo e, para isso, não basta lhe dar o adestramento na situação de trabalho, a escolaridade técnica. Ele precisa inclusive, se possível, percorrer todos os graus de ensino. O trabalhador precisa de uma educação que o transforme em alguém capaz de manter uma posição ofensiva nas relações de classe.

Este depoimento foi colhido por ocasião da realização do 1º Encontro da Série "Memória Viva da Educação Brasileira", em 12 de abril de 1989, no Auditório do MEC, em Brasília.

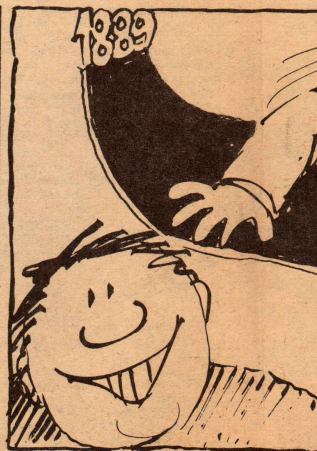
# 10 ANOS DE EDUCAÇÃO

Ana Luiza Fleck Saibro

**O** dia 15 de novembro de 1989 reveste-se de especial significado para a memória e o futuro do País. Comemora-se 100 anos de regime republicano de governo ao mesmo tempo em que 82 milhões de brasileiros estão decidindo os destinos da República ao eleger, pelo voto direto, o seu próximo Presidente. O presente levantamento, que não se pretende exaustivo, aponta as principais realizações de cada Presidente do período republicano no que se refere à área da EDUCAÇÃO.

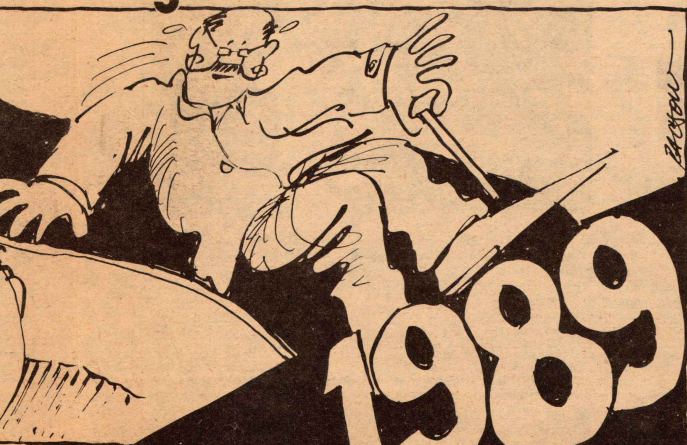
- 1 — **Deodoro da Fonseca** — Presidência: 15.11.1889 a 24.2.1891
  - Promulgada a 1ª Constituição Republicana em 24 de fevereiro de 1891.
  - Criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.
  - Criado o **Pedagogium**, instituição que, explorada no Museu Pedagógico francês, mantendo a biblioteca, uma revista pedagógica, cursos e conferências científicas, exposições escolares, entre outras atividades.
  - Promulgado o Decreto nº 981, de 8 de novembro de 1890 que reformulou a instrução primária e secundária.
- 2 — **Floriano Peixoto** — Presidência: 23.11.1891 a 15.11.1894
  - Criado o Ministério da Justiça e Negócios Interiores que passa a exercer as atribuições concernentes à educação.
  - Criado o Instituto Profissional destinado ao ensino industrial — Decreto nº 722, de 30 de janeiro de 1892.
  - Promulgado o Código das Disposições Comuns às instituições de ensino superior dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e elaborados os estatutos especiais de cada faculdade.
  - **Presidente de Moraes** — Presidência: 15.11.1894 a 15.11.1898
    - Passa a ser exibido o Certificado de Aprovação em Exames de Madureza, ou seja, regime de exames parcelados, para admissão em cursos superiores.
    - Estabelecido novo regulamento para o ensino secundário, através do Decreto nº 2.857, de 30 de março de 1897, instituindo "regime de cursos simultâneos, um propedêutico ou realista e outro clássico ou humanista, coordenados de modo que aos candidatos não se negassem a cultura clássica, nem se tornasse esta obrigatória...".
- 3 — **Campos Sales** — Presidência: 15.11.1898 a 15.11.1902
  - Promulgado o novo Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores que institui amplas reformas na regulamentação do ensino.
- 4 — **Rodrigues Alves** — Presidência: 15.11.1902 a 15.11.1906
  - Proposta de nova reformulação do ensino superior de modo que se constituísse um centro universitário que congregasse "harmonicamente os institutos oficiais de ensino superior e secundário que funcionam na capital federal, na dependência direta do governo da União".
- 5 — **Romão Pena** — Presidência: 15.11.1906 a 14.6.1909
  - Instalado, no Rio de Janeiro, o Congresso de Instrução, onde "ilustres e competentes cidadãos discutem as questões mais elevadas e práticas de ensino";
  - Os institutos de ensino técnico e profissional começam a proliferar, principalmente as escolas do comércio.
- 6 — **Nilo Peçanha** — Presidência: 14.6.1909 a 15.11.1910
  - Instaladas Escolas Profissionais ou esco-

- 7 — **Washington Luís** — Presidência: 15.11.1926 a 24.10.1930
  - Convertido em lei o projeto que estabelece as condições de criação das universidades nos estados.
  - 14 — **Getúlio Vargas** — Presidência: 3.11.1930 a 29.10.1945 — GOVERNO PROVISÓRIO — 1930 a 1934
    - Criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública — Decreto nº 10.402, de 14 de novembro de 1930.
    - Criada a Diretoria Geral de Informações Estatísticas e Divulgação, ligada ao novo Ministério, que "possibilita domínio sobre dados educacionais";
    - Criado o Conselho Nacional de Educação (hoje, Conselho Federal de Educação) que passa a ser responsável pelas questões relativas ao ensino superior;
    - O Decreto nº 19.980, de 1º de maio de 1931 estabelece nova reforma do ensino universitário;
    - Permitida a ministração de ensino religioso nas escolas;
    - Aprovada Reforma Ortográfica da Língua Portuguesa;
    - Regulamentado o Serviço de Radiodifusão através da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro;
    - Criada a Diretoria Nacional de Educação. GOVERNO CONSTITUCIONAL
    - Promulgada a 2ª Constituição Republicana em 16 de julho de 1934:
      - Proposta a elaboração de Plano Nacional de Educação;
      - Criadas as primeiras Faculdades de Filosofia.
    - Fundada a Universidade Técnica Federal, agrupando a Escola Politécnica, a Escola de Minas e a Escola Nacional de Química;
    - O ano de 1936 é declarado Ano Nacional da Educação;
    - Criado em 1937, o Instituto Nacional de Pedagogia, mais tarde, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;
    - Criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo;
    - Criada a Universidade do Brasil que absorve a Universidade Técnica Federal e a Universidade do Rio de Janeiro.
  - ESTADO NOVO
    - Promulgada a 3ª Constituição Republicana em 10 de novembro de 1937;
    - O Decreto nº 4.244, de 9 de abril de 1942, estabelece reforma do ensino secundário;
    - Estruturado, em 1938, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos;
    - Lançada, em 11 de julho de 1944, a Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos;
    - O Ministério da Educação e Saúde começa a atuar no setor de educação física escolar e extra-escolar.
    - Criado o Fundo Nacional do Ensino Primário para "ampliação e melhoria do sistema escolar primário em todo o País, mediante convênios entre a União e os Estados";
    - Criadas entidades educacionais paraoficiais para o ensino suplementar como o Serviço Social da Indústria e o Serviço Social do Comércio, mais tarde, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac).
  - 15 — **Eurico Gaspar Dutra** — Presidência: 31.1.1946 a 31.1.1951
    - Promulgada a 4ª Constituição Republicana, em 8 de setembro de 1946;
    - Promulgada a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.
    - Inaugurada a Universidade Rural;
    - Instituído o Sistema Federal de Ensino através da Lei nº 1.254, de 4 de dezembro de 1950;
    - Elaborado Plano de Alfabetização de Adultos para "determinar o procedimento a ser adotado quanto ao ensino supletivo, tendo em vista a taxa de 55% de analfabetos entre a população maior de 18 anos";
    - Constituída Comissão de Especialistas em educação e administração escolar para elaborar anteprojeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
    - O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos inicia cursos de especialização e aperfeiçoamento para professores, diretores de escolas em vários estados;
    - Iniciada a Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos;
    - Promulgada a Lei Orgânica do Ensino Normal;
    - Criada a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais;
    - Iniciada a instalação da Cidade Universitária, no Rio de Janeiro;
  - 16 — **Getúlio Vargas** — Presidência: 31.1.1951



- a 24.8.1954
  - Instalada a Comissão de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES);
  - O Decreto nº 29.396, de 27 de março de 1951, estabelece a gratuidade do ensino secundário nas instituições oficiais de todo o País;
  - Criado o sistema de bolsas de estudo para o ensino secundário em instituições particulares;
  - Criada a primeira Cooperativa Distribuidora de Material Escolar no Distrito Federal;
  - Criado o primeiro Restaurante Estudantil no Distrito Federal;
  - Criado o Centro de Documentação Pedagógica do INEP;
  - Criados os Centros de Estudos Pedagógicos em vários Estados;
  - Criada a Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas;
  - Criado o Conselho Nacional de Pesquisas — CNPq;
  - Iniciada a Campanha do Livro Didático e de Manuais de Ensino — Caldeira;
  - Iniciada a Campanha de Inquéritos e Levantamentos do Ensino Médio e Elementar — Cileme;
  - Iniciada a Campanha Nacional de Educação Rural;
  - Criado o Ministério da Educação e Cultura.
- 17 — **Café Filho** — Presidência: 24.8.1954 a 8.11.1955
  - Criado o Conselho Nacional de Alimentação e Inquérito do Programa de Merenda Escolar;
  - O Ministério da Educação e Cultura inicia Programa de Edição de Livros Didáticos;
  - Promulgada a Lei nº 2.342, de 25 de novembro de 1954 que dispõe sobre a cooperação financeira da União com o ensino secundário, instituindo fundo correspondente a um décimo da cota federal de educação e cultura para este grau de ensino;
  - Regulamentado o funcionamento dos Cursos Pedagógicos de Ensino Industrial através do Decreto nº 36.268, de 1º de outubro de 1954.
- 18 — **Juscelino Kubitschek** — Presidência: 31.1.1956 a 31.1.1961
  - Estruturado o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), órgão técnico do INEP e seus Centros Regionais em SP, MG, BA, RS e PE, criados pelo Decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1955;
  - Criado, nos estabelecimentos de grau médio, o Serviço de Orientação Vocacional "com o objetivo de apontar aos estudantes e às suas famílias as carreiras em que o aluno revela maiores probabilidades de êxito";
  - Criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros — ISEB;
  - Criada a Escola de Serviço Público, visando a adequada formação do servidor público;
  - Lançada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo;
  - Lançada a Campanha de Assistência ao Estudante;
  - Criada a Casa do Estudante Brasileiro em

# CAÇÃO NA REPÚBLICA



de Aperfeiçoamen-  
(CAPES).  
de 27 de março de  
do ensino secund-  
de todo o País;  
sas de estudo pa-  
em instituições  
erativa Distribui-  
Federal;  
durante Estudantil  
umentação Pedu-  
Estudos Pedagógi-  
de Administração  
Vargas,  
onal de Pesquisas  
o Livro Didático e  
rme,  
de Inúteis e Le-  
e Elementar —  
cional de Educa-  
da Educação e  
a: 24.8.1954 a  
onal de Alimen-  
Merenda Escolar,  
e Cultura Inicia-  
Didáticos,  
42, de 25 de no-  
re a cooperação  
ensino secundário,  
te a um décimo  
cultura para este  
ionamento dos  
ndustriais através  
de outubro de  
— Presidência:  
Brasiliero de Pes-  
gão técnico do  
em SP, MG, BA,  
38.460, de 28  
mentos de grau  
Vocacional para  
estudantes e às  
de aluno revê-  
o  
r de Estudos  
e  
eio Público, vi-  
do do servidor  
cional de Erra-  
e Assistência ao  
nte Brasileiro em

Paris;  
— Criada, no MEC, a Comissão Supervisora do Plano dos Institutos — Cosipi, "a fim de promover a renovação estrutural das universidades e escolas de tecnologia".  
— Encaminhado ao Congresso Nacional substitutivo ao anteprojeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, visando "à descentralização, liberdade, flexibilidade e autonomia das instituições públicas e privadas".  
19 — **Jáno Quadros** — Presidência: 31.1.1961 a 25.8.1961  
Encaminhada ao Congresso Nacional proposta de reforma administrativa do Ministério da Educação e Cultura.  
20 — **João Goulart** — Presidência: 7.9.1961 a 31.3.1964  
— Promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961;  
— Instituída a Universidade Nacional do Trabalho;  
— Criada a Universidade de Brasília;  
— Surgimento dos ginsásios industriais e início da construção da Rede Nacional de Ginsásios Industriais;  
— Estimulados os movimentos e campanhas de cultura popular como os "círculos de cultura", unidades alfabetizadoras que, no Sistema Paulo Freire, substituem as clássicas e custosas salas de aula";  
— Estabelecida, através do Decreto nº 53.453, a obrigatoriedade, por parte das empresas industriais e comerciais, e agrícolas em que trabalhem mais de cem pessoas, de manutenção do ensino primário gratuito para seus empregados e os filhos destes;  
— Determinada a duplicação de matrículas no primeiro ano dos cursos universitários pelo Decreto nº 53.642, de 28 de fevereiro de 1964;  
— Determinada a matrícula de todos os alunos excedentes que, embora aprovados nos exames de admissão à 1ª série ginasial, não tenham alcançado o limite de vagas do estabelecimento.  
21 — **Castelo Branco** — Presidência: 15.4.1964 a 15.3.1967  
— Promulgada a 5ª Constituição Republicana, em 24 de janeiro de 1967;  
— Instituído o Salário-Educação pela Lei nº 4.440, de 27 de outubro de 1964;  
— Realizado o primeiro Censo Escolar;  
— Reformulação dos órgãos de representação estudantil — a UNE é posta na ilegalidade;  
— Início do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra;  
— Elaborado o I Plano Setorial de Educação;  
— Elaborado o Estatuto do Magistério;  
— Criado o Programa Especial de Bolsas de Estudo para alunos carentes (PEBE).  
22 — **Costa e Silva** — Presidência: 15.3.1967 a 31.8.1969  
— Criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação — FNDE pela Lei nº 5.537/68;  
— O Ministério da Educação e Cultura realiza reforma administrativa, segundo as diretrizes

do Decreto-Lei nº 200/68, incorporando os estabelecimentos de ensino anteriormente vinculados ao Ministério da Agricultura e os sistemas escolares dos territórios;  
— Instituída a Reforma Universitária através da Lei nº 5.540/68.  
— Criada a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa — Lei nº 5.198/67;  
— Iniciada a implantação dos Centros Federais de Educação com o "objetivo de coordenar as atividades diretas do Governo Central nos estados";  
— Decidida a destinação de 20% dos recursos do fundo da Loteria Federal para a educação;  
— Implantado o regime de tempo integral no sistema universitário;  
— Criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa — INDEP.  
23 — **Ennio Médici** — Presidência: 30.10.1969 a 15.3.1974  
— Promulgada a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, que edita novo texto constitucional para o Brasil;  
— A Lei nº 5.892, de 11 de agosto de 1971, institui nova reforma do ensino de 1º e 2º graus;  
— Implantados os Centros Regionais de Pós-Graduação;  
— Instituído o exame vestibular unificado nas universidades públicas;  
— Lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização — MOBRAF, em 8 de setembro de 1970, dia internacionalmente consagrado à luta contra o analfabetismo;  
— Criada a Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME).  
— Pela primeira vez o professor leigo é amparado por legislação específica;  
— O Decreto nº 869, de 12 de setembro de 1969, institui a obrigatoriedade do ensino de moral e cívica nos estabelecimentos educacionais;  
— Lançado o Projeto Carta Escolar com o "objetivo de visualização da distribuição espacial da população escolar e escolarizada, bem como das escolas";  
— A Educação Física é tornada obrigatória em todos os níveis de ensino;  
— Instalado o Centro de Produção da FUNTEVE;  
— Início do Projeto de Educação Especial para expansão e melhoria das oportunidades de atendimento educacional aos deficientes;  
— Início do projeto de construção dos campi universitários.  
— O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos é transformado em Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, com autonomia administrativa e financeira.  
24 — **Ernesto Geisel** — Presidência: 15.3.1974 a 15.3.1979  
— Instalado o Conselho Nacional de Pós-Graduação;  
— Criado o Programa de Crédito Educativo, com o objetivo de subsidiar a educação;  
— Promulgada a Lei nº 6.251, instituindo as normas gerais da política de educação física e desportos;  
— Criados os Programas de Educação Agri-

cola Superior e Desenvolvimento das Ciências Agrárias;  
— Implantado o Banco de Teses, através do Centro de Informação do MEC;  
— Implantado o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional — FAAP;  
— Criada a Coordenadoria de Educação Pré-Escolar;  
— Criada a Coordenação Nacional de Ensino Agrícola — COAGRI;  
— Definidas as diretrizes nacionais para o ensino supletivo;  
— Implantado o Plano de Classificação de Cargos no ensino superior;  
— Elaborado o I Plano Nacional de Educação Especial;  
— Iniciados os Programas Institucionais de Capacitação Docente;  
— Criado o Sistema Nacional de Bibliotecas;  
— O Salário-Educação sofre revisão, tendo sua alíquota elevada de 1,4% para 2,5% e elevada a participação dos Estados de metade para 2/3 da respectiva arrecadação;  
— Criados alguns programas educativos pela televisão como o Projeto Saci e a novela João da Silva.  
25 — **João Figueiredo** — Presidência: 15.3.1979 a 15.3.1985  
— Promulgado o Decreto nº 86.000, de 13 de maio de 1981 que suspende temporariamente, a criação de novos cursos de graduação;  
— Criado o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para o Meio Rural — Pronasec Rural;  
— Criado o Programa de Ações Sócio-Educativas e Culturais para Populações Carentes Urbanas — Prodasac Urbano;  
— Início do Programa Nacional de Educação Pré-escolar;  
— Implantado o Sistema de Informações Bibliográficas em Educação e Cultura e Desporto — SIBED, que incorpora o rede de bibliotecas especializadas em educação;  
— Organizado o CIBEC — Centro de Informações Bibliográficas do MEC;  
— Implantado o Programa Esporte para Todos;  
— Editada a Emenda Calmon — Emenda Constitucional nº 24, de 1º de dezembro de 1983 que obriga a União a aplicar, no mínimo, 13% e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos de 2% de suas receitas tributárias na manutenção e desenvolvimento do ensino;  
— Instituído o ensino profissionalizante compulsório no 2º grau;  
— Aprovada nova organização administrativa do MEC — Decreto nº 87.062, de 29 de março de 1982;  
— Criado o Programa de Expansão e Melhoria da Educação no Meio Rural do Nordeste — EDURURAL;  
— Criado o Projeto "Vencer" concebido para assegurar o ingresso e garantir a permanência da criança no sistema de ensino";  
— Editada a Lei nº 7.177, de 19 de dezembro de 1983, permitindo que os reitores sejam escolhidos em listas sêxtuplas compostas por Coletores Eleitorais especiais;  
— O Decreto-Lei nº 1.924/82 determina a destinação do Cota Olímpica Brasileiro, a renda líquida total de um teste da Loteria Esportiva por ano;  
26 — **José Sarney** — Presidência: 15.3.1985  
— Promulgada a 6ª Constituição Republicana, em 6 de outubro de 1988;  
— O Ministério da Educação e Cultura é desmembrado, surgindo o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura;  
— Extinto o MOBRAF;  
— Criada a Fundação Educuar;  
— Regulamentada a Emenda Calmon pela Lei nº 7.348, de 24 de julho de 1985;  
— Realizado em 18 de novembro de 1985 o "Dia Nacional de Debates sobre Educação — Dia D";  
— Criado o Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico — PROTEC;  
— Lançado o Programa Educação para Todos;  
— Instalada a Comissão Nacional para Reformulação do Ensino Superior;  
— Lançado o Programa Nova Universidade;  
— Criada a Secretaria da Educação Especial, na estrutura do Ministério da Educação;  
— Criado o INEC, o **Pedagogium** — Museu da História da Educação Brasileira;  
— Iniciada a elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional — LDB.  
FONTES:  
1 — A Educação nas Mensagens Presidenciais, (1890-1986). Brasília, INEP, 1987, 2v. anexos.  
2 — Constituições do Brasil. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1986.

## As Propostas dos Presidenciais

**Roberto Freire (PCB)** — Propõe a ampliação da rede escolar em todos os níveis, visando um amplo e massivo sistema público de ensino continuado, gratuito, unitário e de altos padrões de qualidade. Alfabetizar o País através dos métodos mais modernos. Ajustar a educação às novas exigências técnico-científicas.

**Fernando Collor de Mello (PRN)** — Propõe a criação de mecanismos de incentivos privados à escola pública, promoção do ensino profissionalizante à população de baixa renda, regionalização dos currículos, investimento de US\$ 40 bilhões em 5 anos.

**Ulysses Guimarães (PMDB)** — As propostas são: piso salarial de três mínimos para professores primários, construção de 100 mil salas de aula, recuperação de 100% dos prédios das escolas (30% da rede atual), aumentar a merenda para 180 refeições aluno/ano.

**Mário Covas (PSDB)** — O PSDB pretende dar prioridade para a universalização do ensino básico e erradicação do analfabetismo, fomentar educação rural com apoio de cooperativas e sindicatos, planos de carreira e salário elaborados com participação dos professores.

**Leonel Brizola (PDT)** — O PDT espera chegar ao 5º ano do governo investindo 8% do PIB (US\$ 28 bilhões), dedicar 0,6% do PIB ao ano para investimentos em educação básica, construir 10 mil Cieps para 10 milhões de crianças a um custo de US\$ 10 bilhões.

**Luiz Inácio Lula da Silva (PT)** — Quer construir 22 mil escolas para 8,5 milhões de crianças em idade escolar, programa de educação de adultos para erradicar o analfabetismo, criar curso noturno nas universidades para atender os trabalhadores.

**Guilherme Afif Domingos (PL)** — As propostas de Afif são: deixar o ensino de 1º grau com o município, o de 2º grau com os estados e o superior com a União; criar as universidades abertas e as livres (por correspondência), incentivar educação informal pela TV.

**Paulo Maluf (PDS)** — Propõe levar ensino de 1º grau gratuito a toda a população, incentivar o ensino profissionalizante no 2º grau, manter — a princípio — os 20% da arrecadação federal para a educação (depois verifica quanto é preciso aumentar).



# Anísio Teixeira

## Um Educador e a história

**Roberto Cicello**

“N a história da República, nenhuma sonda de educador desceu tão fundo e tão cetera no âmago de nosso sistema educacional como a sua”. Anísio Teixeira é assim definido por seu biógrafo e um de seus maiores amigos, Hermes Lima. A afirmação, apesar de inequivocamente verdadeira, é insuficiente para retratar a importância deste educador no painel da história brasileira destes últimos cem anos.

Anísio Teixeira nasceu a 12 de julho de 1900 na cidade baiana de Caetité. Início o curso primário na escola de Da. Maria Teodolina das Neves Lobão, para pouco depois transferir-se ao colégio “São Luís”, no qual desportaria suas primeiras admirações pela “Companhia de Jesus”, que exerceria influência em sua formação pelo resto da vida. Os estudos secundários foram feitos no internato “Antônio Vieira”, onde conquistou a amizade e admiração de seus colegas e viveu como “perfeito seminarista sem batina”. Iniciou seu curso superior na Bahia e terminou-o no Rio de Janeiro, colando grau de Ciências Jurídicas e Sociais no ano de 1922.

Dois anos após concluir a universidade, o jovem bacharel, com apenas 23 anos de idade, é nomeado Inspetor-Geral do Ensino do Estado da Bahia. A partir de então, iniciou sua atividade crítica, reformadora e criadora que o identificaria, de uma vez por todas, à obra da educação. Entretanto, neste período, ainda Anísio velava por seus princípios jesuítas, somados a uma marcante tendência ao intelectualismo. Nos primeiros meses de atividade administrativa, sua maior preocupação foi movimentar o aparelho burocrático da repartição a fim de conhecê-lo e, conseqüentemente, utilizá-lo melhor dos recursos de que dispunha.

A partir de então, iniciou um trabalho de reformas que pretendiam modificar alguns dos traços dominantes da educação na Bahia. Alguns de seus projetos foram bem aceitos, contudo, outros, como o ensino do credo religioso facultativo aos alunos e fora do horário escolar, não obteve resultado; permaneceu o monopólio do ensino da religião católica, obrigatório e nos horários de aula. No ensino normal, todavia, Anísio conseguiu algumas mudanças. A

reforma de 1925 estabeleceu a exigência de dois anos básicos de estudos de línguas, ciências, história, geografia, desenho e trabalhos manuais, dois anos de cultura geral e dois anos mais de formação “estritamente profissional” e criou mais duas escolas de ensino normal. Para Anísio Teixeira, a “formação do professor primário é, sem contestação possível, a formação especializada de um profissional”. Outra das teses do educador referia-se ao programa escolar, no qual nada devia entrar que não servisse para fazer com que as crianças melhorassem seus hábitos, de saúde, de trabalho ou de participação na vida comunitária. Livros, publicações de toda a sorte seriam distribuídos através da escola, e já nesta época Anísio propunha que “logo que fosse possível deveria se dotar a escola de aparelho de rádio, receptor de programa educativo adaptado às condições sentenças e, também, aparelho cinematográfico para exibição de filmes educativos”, ou seja, já manifestava preocupação de ajustar a educação ao mundo da tecnologia e da comunicação de massa. Aliás, uma patente no pensamento anísiano sempre foi a busca da compreensão do mundo contemporâneo, de sua acelerada corrida rumo à revolução técnico-científica, da complexidade das relações individuais e sociais do cidadão no plano das sociedades nas quais vivem, situando a educação como produtora e produto do desenvolvimento das nações. Ele, como poucos de sua geração, conseguiu formular um pensamento pedagógico que se incorporasse ao espírito do próprio desenvolvimento brasileiro de então: compreendendo o Brasil “não apenas como um país de distâncias materiais, mas de distâncias mentais, de distâncias culturais, de distâncias econômicas e de distâncias raciais. E nas dificuldades que todos sentimos de compreendê-lo não devemos esquecer este fato. É por causa dessa distância que temos tantas linguagens pelo Brasil aíora. Falamos uma língua em voz alta e outra em voz baixa. Temos uma língua para as fésias e outra para a intimidade. Uma para o povo, outra para o estrangeiro e outra para nós mesmos “iguais”, assim era o Brasil que Anísio via.

Após voltar ao Brasil, torna-se catedrático de Filosofia e História da Educação na Escola Normal de Salvador. Transfere-se para o Rio de Janeiro dois anos depois, como funcionário do Ministério da Educação e Saúde. Pouco depois, já era o diretor-geral do Departamento de Educação do Rio de Janeiro, então Distrito Federal.

Nesse período é que se junta a um grupo de intelectuais preocupados com os rumos da educação no País, entre eles Fernando de Azevedo, Paschoal Lemme, Lourenço Filho, Abgar Renault e muitos outros. Em 1932 participa da formulação e é signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação.

O Brasil destes primeiros anos da década de 30 é cenário de acontecimentos profundamente marcantes para a vida republicana. Getúlio Vargas assume o poder após a Revolução de 30, os conflitos ideológicos entre os comunistas e os integralistas (partidários da política nazi-fascista na

Europa) esquentam o clima político do País, procura-se adequar a Nação aos novos tempos, devotase e promulga-se a Constituição entre 1932 e 1934, surgem os movimentos populares que se revessem de reivindicações. É nesta atmosfera de conflitos que Anísio assume a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. Lança um sistema de educação global, do primário à universidade, cria a Universidade do Distrito Federal, traduz diversas obras de teóricos da educação estrangeira, principalmente as de Dewey. Em 1937, com a implantação do Estado Novo, Anísio é obrigado a abandonar suas atividades intelectuais e até político-administrativas.

Durante algum tempo ficará inativo até começar a trabalhar na área de importação e exportação de mercadorias. Com o final da 2ª Guerra Mundial e a queda do Governo Vargas, Anísio é convidado a trabalhar como conselheiro para o ensino superior da Unesco, em Londres e aceita. Realiza diversas palestras e conferências nesse período. Volta ao Brasil um ano depois e torna-se Secretário da Educação e Saúde da Bahia. Neste mesmo ano, 1947, dá uma contribuição inesimável aos trabalhos da Assembléia Constituinte na área da Educação. É justamente neste período que idealiza um dos mais importantes projetos educacionais de toda sua vida: o Centro de Educação Popular, uma escola de educação primária ministrada em nova dimensão, dentro da mais avançada doutrina pedagógica, cujo principal objetivo era dar às crianças uma educação integral. Nestes centros os alunos estudariam um período em uma escola dasse (com atividades normais e convencionais das demais escolas) e no outro em uma escola-parque (onde se executariam trabalhos manuais, artes industriais, educação artística, educação física e atividades socializantes). Nestes centros as crianças devem receber atendimento médico, odontológico, orientação educacional e merenda escolar. A primeira experiência com este projeto foi o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador. Esta idéia de Anísio Teixeira estaria sempre em todas as discussões em torno das modificações necessárias à educação brasileira. Pouco mais de dez anos após a implantação do primeiro centro, o sistema viria a fun-

cionar em Brasília e até hoje inspiram alguns programas educacionais de certos estados brasileiros.

Em 1951, Anísio foi designado para ser secretário-geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do ano seguinte até o movimento militar de 1964 tomariam nas mãos a direção do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), criando o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e os centros regionais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

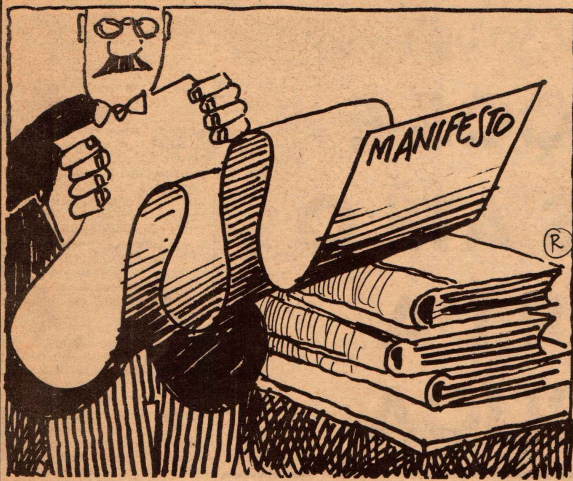
No início dos anos 60, Anísio foi escolhido para ser reitor da recém-criada Universidade de Brasília. A partir de sua experiência e seus estudos sistemáticos sobre as universidades, Anísio planejou para a UnB uma Nova Universidade, que ocupasse posição de relevância estratégica para o desenvolvimento nacional, com ênfase nas ciências naturais e nas matemáticas — era preciso fazer ciência no Brasil, trazer as melhores cabeças do exterior e estancar o processo de ensino arcaico, que se limitava à repetição do que, no máximo, já estava nos livros.

Anísio foi ainda membro do Conselho Federal de Educação e, a partir de 1966, assumiu a reitoria da Universidade Getúlio Vargas, Anísio, ao longo de sua vida, visitou vários países, estudou seus sistemas educacionais e a história destes. Traduziu diversos trabalhos, trazendo ao conhecimento dos homens e mulheres que se preocupam com o horizonte da educação brasileira experiências estrangeiras; escreveu um sólido conjunto de obras que analisam e repensam o ensino em nosso País, recebeu um tanto de medalhas, títulos e homenagens. Muitos dos sonhos de Anísio Teixeira até hoje permanecem sem ser realizados, acumulados em extensas páginas, ocupando alguns espaços em estantes de bibliotecas. Alguns estão mais próximos da realização, pois para Anísio Spínola Teixeira, “democracia é, literalmente, educação e deter a marcha da democracia significa deter a marcha das estrelas”.

Anísio, “este sertanejo agreste da nossa chapada diamantina; baiano da Bahia do bodé”, segundo o descreve um de seus maiores amigos, Darcy Ribeiro, morreu a 11 de março de 1970, na cidade do Rio de Janeiro.

Anísio, ainda na Secretaria do Interior, Justiça e Instrução Pública





# O Manifesto dos Pioneiros

Da Redação

## “A Nova Política Educacional”

### Esboço de um Programa Extraído do Manifesto

1. Estabelecimento de um sistema completo de educação, com uma estrutura orgânica, conforme as necessidades brasileiras, as novas diretrizes econômicas e sociais da civilização atual e os seguintes princípios gerais:

a) a educação é considerada, em todos os seus graus, como uma função social e um serviço essencialmente público que o Estado é chamado a realizar com a cooperação de todas as instituições sociais;

b) cabe aos Estados federados organizar, custear e ministrar o ensino em todos os graus, de acordo com os princípios e as normas gerais estabelecidos na Constituição e, em leis ordinárias pela União, a que competem a educação na capital do País, uma ação supletiva onde quer que haja deficiência de meios e a ação fiscalizadora, coordenada e estimulada pelo Ministério da Educação;

c) o sistema escolar deve ser estabelecido nas bases de uma educação integral; em comum para os alunos de um e outro sexo e de acordo com suas aptidões naturais; única para todos e leiga, sendo a educação primária gratuita e obrigatória; o ensino deve tender gradativamente à obrigatoriedade até 18 anos e à gratuidade em todos os graus.

2. Organização da escola secundária (de 6 anos) em tipo flexi-

vel, de nítida finalidade social, como escola para o povo, não proposta a preservar e a transmitir as culturas clássicas, mas destinada, pela sua estrutura democrática, a ser acessível e proporcionar as mesmas oportunidades para todos, tendo, sobre a base de uma cultura geral comum, as seções de especialização para as atividades de preferência intelectual (humanidades e ciências), ou de preponderância manual e mecânica (cursos de caráter técnico).

3. Desenvolvimento da educação técnico-profissional de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessária variedade de tipos de escolas:

a) de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas);

b) industriais e profissionais (elaboradores de matérias-primas);

c) de transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial.

4. Organização de medidas e instituições de psicotécnica e orientação profissional para o estudo prático do problema da orientação e seleção profissional e adaptação científica do trabalho às aptidões naturais.

5. Criação de universidades de tal maneira organizadas e aparelhadas que possam exercer a tripla função que lhes é essencial, de elaborar e criar a ciência, transmiti-la e vulgarizá-la, e sirvam, portanto, na variedade de seus institutos:

a) à pesquisa científica e à cultura livre e desinteressada;

b) à formação do professorado para as escolas primárias, secundárias, profissionais e superiores (unidade na preparação do pessoal do ensino);

c) à formação de profissionais em todas as profissões de base científica;

d) à vulgarização ou popularização científica, literária e artística, por todos os meios de extensão universitária.

6. Criação de fundos escolares ou especiais (autonomia econômica) destinados à manutenção e desenvolvimento da educação, em todos os graus, e constituídos, além de outras rendas e recursos especiais, de uma percentagem das rendas arrecadadas pela União, pelos Estados e pelos Municípios.

7. Fiscalização de todas as instituições particulares de ensino, que cooperarão com o Estado na obra de educação e cultura, já como função supletiva, em qualquer dos graus de ensino, de acordo com as normas básicas estabele-

**E**m março de 1932, apareceu em diversos jornais brasileiros o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Assinado por 25 personalidades da vida educacional, científica e intelectual do País, o documento tomou-se um marco na nossa história educacional, não só por sua abrangência, como também por ser o único já produzido até hoje no Brasil.

O Manifesto respondeu aos anseios de um grande movimento intelectual da área educacional que já, há muitos anos, elaborava uma nova proposta para o ensino, mais particularmente a partir da década de 20. A sociedade brasileira de então, dominada basicamente pelas oligarquias rurais, carecia de um ensino que atendesse à maioria de seus cidadãos, sem restrições, sem privilégios, sem discriminações e de boa qualidade. Com a Revolução de 30, sob a liderança de Getúlio Vargas, o País mudou; as oligarquias ruralistas e cederam lugar aos interesses da burguesia industrial. O fato repercutiu em todos os segmentos da sociedade, inclusive na educação, o que deu condições, dois anos após o acontecimento, para a publicação do Manifesto.

Podemos destacar, numa análise superficial, os principais pontos do Manifesto: concepção de educação natural e integral do indivíduo, preparando-o para o trabalho, a cooperação e a solidariedade; a

educação é um dever do Estado e um direito do cidadão; a escola deve ser uma, obrigatória — ao menos até certo nível de instrução e limite de idade — leiga, gratuita e funcionar em regime de igualdade para os dois sexos; deve ser global e nacional, apesar de adotar o princípio de descentralização administrativa; os métodos de ensino deverão obedecer ao que de mais novo surgir no mundo; a educação deve obedecer a planos delimitados, em escola contínua (escolas pré-primárias, secundárias, superior); ao professor devem ser assegurados um salário digno e condições de trabalho.

O Manifesto coloca a educação como o maior problema nacional, propondo a existência de uma sociedade homogênea e democrática, regida pelo princípio fundamental da igualdade de oportunidade para todos, o que, infelizmente, não tem sido a realidade educacional brasileira ao longo de sua história. Particularmente por esta razão, as indicações contidas no Manifesto não puderam ser levadas à prática até os dias de hoje.

Três meses após a publicação do Manifesto na imprensa diária, Fernando de Azevedo, o redator do documento, elaborou uma introdução à edição do Manifesto em volume único intitulada Esboço de um Programa Educacional Extraído do Manifesto, contendo dez itens, os quais apresentamos abaixo:

dió e cinema educativo.

9. Reorganização da administração escolar e dos serviços técnicos de ensino, em todos os departamentos, de tal maneira que todos esses serviços possam ser:

a) executados com rapidez e eficiência, tendo em vista o máximo de resultado com o mínimo de despesa;

b) estudados, analisados e medidos cientificamente, e, portanto, rigorosamente controlados nos seus resultados;

c) constantemente estimulados e revistos, renovados e aperfeiçoados por um corpo técnico de analistas e investigadores pedagógicos e sociais, por meio de pesquisas, inquéritos, estatísticas e experiências.

10. Reconstrução do sistema educacional em bases que possam contribuir para a interpretação das classes sociais e a formação de uma sociedade humana mais justa e que tenha por objeto a organização da escola unificada, desde o jardim de infância à universidade; “em vista da seleção dos melhores”; e, portanto, o máximo desenvolvimento dos normais (escola comum), como o tratamento especial de anormais, subnormais e supernormais (classes diferenciais e escolas especiais).

INS  
355  
10

\* Maria de Lourdes  
de A. Fávoro

Assim como a Independência resultou de atividades de uma jovem elite brasileira que, se valendo da conjuntura internacional, levou o príncipe D. Pedro a romper com Portugal, evitando uma longa e possível fracionadora luta armada, a República também não foi decorrência de uma conquista popular. As elites político-liberais que a promoveram estavam tão distantes do povo — a maioria analfabeta, incapaz de tomar decisões em relação à vida nacional — quanto a aristocracia rural que tinha sido esteio do Império.

Mesmo assim, em 1823, os constituintes, imbuídos talvez de princípios liberais, perceberam as deficiências existentes em matéria de instrução nas diferentes províncias e propuseram, no anteprojeto de 1º de setembro daquele ano, a dilusão da instrução pública por todos os níveis, com aumento da responsabilidade do Governo e o apoio da iniciativa privada. O anteprojeto insistia em que, a não ser haver no Império escolas primárias a cada termo, ginásio em cada comarca e universidades nos mais apropriados locais; b) leis e regulamentos deviam marcar o número e a constituição desses úteis estabelecimentos e, c) devia ser livre a cada cidadão abrir aula para o exercício público, contanto que respondesse aos abusos.

A partir desse anteprojeto, várias medidas foram propostas para equacionar o problema da educação popular, assim como vários atos legislativos tentaram estabelecer bases para a passagem da educação do Império à República. Nesse sentido, ainda na década de 20 do século passado, alguns encaminhamentos foram feitos, tais como:

a) defesa da liberdade de ensino sem restrições (Lei de 20 de outubro de 1823), mas sem resultado efetivo, porque as condições econômicas do País, naquele momento, não motivavam a iniciativa privada a tal investimento;

b) garantia de gratuidade de instrução primária para todos os cidadãos (Constituição Imperial de 1824) — embora o texto apresentasse certo avanço, na prática isso não se efetivou;

c) criação de escolas primárias em todas as cidades, vilas e lugares, bem como escolas para meninas nas cidades e vilas mais populosas (Lei de 15 de outubro de 1827) — o que também poucos resultados produziu.

Contrastando com a realidade anterior, no ensino superior ocorreu a criação dos cursos jurídicos, em 1827 (Oliveira e São Paulo), cuja importância passou a ser indiscutível na formação das elites políticas e da mentalidade jurídica do Império, além de se constituírem em centros de irradiação de novas idéias filosóficas e espaços de movimentos e de debates políticos.

De toda forma, a partir de 1823 houve um prenúncio de descentralização do ensino no Brasil, o que foi definido mais claramente através do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Tais medidas, em parte, vieram responder aos anseios daqueles que buscavam um pouco mais de liberdade em matéria de ensino no País — isso só seria atingido com a descentralização do poder até então enleixado em mãos do Governo Imperial.

A partir do Ato Adicional, a responsabilidade legal da educa-

## DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO:

# AVANÇOS E RECUOS ATÉ O LIMAR DA REPÚBLICA

ção primária e secundária passou do Governo Imperial para as Províncias, permanecendo naquele âmbito apenas o ensino superior — constituído por seis estabelecimentos — e o Colégio Pedro II. Com esse Ato, o Governo Central passou a adotar uma atitude de isenção em relação ao ensino primário, normal e secundário nas Províncias. Isso pode ser confirmado com a leitura do relatório de Ernesto Ferreira França, apresentado em 1833: "As autorizações para a reforma do ensino concedidas ao Governo Imperial pelas leis de agosto e setembro de 1851 e setembro de 1853, limitando-se à instrução primária e secundária do Município da Corte e ao ensino superior do Império, não deixam dúvidas sobre a interpretação do artigo 10, § 2º do Ato Adicional. Evidentemente este fragmento constitucional exclui a jurisdição do Governo Central em matéria de instrução primária e secundária nas Províncias. Assim também tem sido entendido pela prática governativa desde mais de 40 anos."

Em virtude dessa posição do Governo, o que houve de fato foi uma queda ainda maior do ensino público, principalmente em algumas Províncias que não tinham condições de manter um sistema de ensino, seja por insuficiência de recursos, seja por falta de condições humanas e materiais.

A descentralização do ensino primário e suas consequências poderão melhor serem apreendidas se não perdem de vista que o sistema econômico e social naquele momento, como até hoje, não favoreceu a educação popular. Assim, em 1823, o país tinha uma população de 4.000.000 de habitantes, dos quais 1.200.000 eram escravos. Em meados do século, essa população já havia atingido 5.220.000 de habitantes livres, com 2.500.000 escravos. Ou seja, mais de 30% da população estava, a priori, excluída de qualquer participação em termos de educação escolar. Da população livre, apesar das determinações da lei de 1827 acerca das escolas para as meninas, os 50% eram representados por mulheres que se encontravam em grande parte marginalizadas do processo

escolar: as da classe popular não recebiam instrução alguma e as da elite eram educadas em suas próprias casas, por preceptoras. O restante da população era composto por senhores agregados, pequenos proprietários, comerciantes e empregados burocráticos. Em tais condições, podemos entender porque a educação elementar se desenvolveu de forma irregular e limitada até a República.

Embora o princípio de descentralização tenha sido sancionado em 1834, só muito lentamente as Províncias criaram suas escolas, de acordo com ritmos e critérios próprios. Em relação ao ensino secundário, apesar da descentralização, em termos de competência, o Governo continuou exercendo fiscalização sobre todo o ensino secundário e não apenas em relação ao Colégio Pedro II.

Todavia, foi através do Ato Adicional que se modificou, em parte, a estrutura das instituições brasileiras. Nele podem encontrar-se, também, explicações tanto para a organização política, econômica e social do Império, como para a organização do ensino. Vinte anos após a sua promulgação foi aprovada a reforma Couto Ferraz (1854), marcada por um caráter antiliberal e conservador. Em decorrência, os serviços de ensino, no Município da Corte, ainda que de forma limitada, foram aparelhados como uma organização administrativa. Criou-se, também, a Inspectoria Geral de Instrução, além de um Conselho Diretor aos quais caberiam a inspeção e orientação do ensino primário e secundário.

Com a Reforma Couto Ferraz estabeleceu-se no Município da Corte as escolas públicas de ensino primário, divididas em duas classes (1ª e 2ª graus), não facultadas aos escravos. Essas escolas estavam a cargo dos cofres públicos, que forneciam livros e material necessário ao ensino. Outras realizações foram empreendidas no campo da instrução pública, sob a orientação do ministro Couto Ferraz, entre elas: reformulação dos Estatutos da Academia de Belas Artes; nova organização do Conservatório de Música; Criação

do Imperial Instituto dos Meninos Cegos etc. Quanto ao ensino superior, especificamente, reformou as Faculdades de Medicina e os Cursos Jurídicos, recebendo esses a denominação de Faculdade de Direito, e regulamentou os cursos anexos às Faculdades de Direito de São Paulo e de Recife. Fixou ainda novas normas para os exames de preparatórios de acesso aos cursos superiores.

Dez anos antes da proclamação da República, foi sancionado o Decreto nº 7.247/79 que traduz as preocupações das relações entre o Governo Central, as Províncias e os particulares. Trata-se da Reforma de Leóncio de Carvalho, apoiada no princípio de liberdade que veio a norteá-la. Com esse decreto é reestruturada a Inspectoria Geral de Instrução no Império. E através dessa Reforma fez-se sentir uma ação mais direta do Governo Central nas Províncias, por meio da criação de novos estabelecimentos de ensino e, indiretamente, de subvenções já existentes. Vale registrar que a Reforma Leóncio de Carvalho foi fruto de longo processo de pressões políticas em defesa da liberdade de ensino e da efetiva descentralização de matérias da competência das Províncias. Caracteriza-se por um caráter liberal, emergente de um gabinete liberal.

Dois acontecimentos do Império, em matéria de educação, no entanto, merecem destaque especial. Os pareceres de 1882 e 1883 de Rui Barbosa e a convocação do Congresso de Instrução. Esses pareceres foram, sem dúvida, os documentos mais importantes relativos à educação em todo o Império. No de 1883, o autor propôs: a obrigatoriedade escolar de 5 a 15 anos, a ser cumprida pela criança, em dezembro de cada ano, da população escolarizável; a liberdade de ensino, aliada à defesa do ensino laico; a reorganização do ensino primário e a fundação de duas escolas normais — uma para homens e outra para mulheres — no Município Neutro; a criação de um Museu Pedagógico Nacional e de uma Escola Normal Nacional de Arte Aplicada. Recomendou, ainda, a criação de um Conselho Superior de Instrução

Nacional e a instituição de um Fundo Escolar, a ser aplicado no desenvolvimento da instrução.

Quanto ao Congresso, embora não tenha sido realizado — devido à negativa do Senado em aprovar os recursos necessários — efetou-se a Exposição Pedagógica, inaugurada a 2 de dezembro de 1883 e transformada depois em Museu Escolar Nacional. As comunicações preparadas para o Congresso de Instrução foram apresentadas nessa Exposição.

Os últimos anos que antecederam a República foram marcados por dois pontos: a defesa da descentralização administrativo-política e a necessidade de uma ação mais enérgica por parte do Governo Central em favor da instrução.

Chegamos ao final do Império, tendo as Províncias a responsabilidade de legislar e administrar o ensino primário e secundário. Ao Governo Central cabia uma ação direta sobre o Colégio Pedro II, o ensino superior e o primário público no Município da Corte. Eram também atribuições suas: fiscalizar as escolas particulares da capital e organizar/fiscalizar as bancas de exames preparatórios aos cursos superiores nas Províncias.

Com a proclamação da República, o novo regime manteve a descentralização instituída pelo Ato Adicional de 1834 na administração em geral e, no campo da educação, cria um órgão central com status de Secretaria de Estado, para responder, paradoxalmente, pelos assuntos de instrução, dos correios e telégrafos. A Instituição do Ministério da Instrução, Correios e Telégrafos, em 19 de abril de 1890, passou a idéia de uma vitória centralista, embora motivada por razões de interesses políticos limitados. Por sua duração efêmera, não chegou a se tornar uma realidade.

Na estrutura da sociedade imperial, que podemos encontrar explicações referentes ao fenômeno centralização vs. descentralização. Nela as formas rurais dominantes são favoráveis não só à diminuição do Poder Central, em favor do poder local, como sensíveis à propaganda republicana defensora da federalização e contra o unitarismo.

Em síntese, em matéria de educação, a primeira Constituição Republicana assegurou aos Estados a organização de seus sistemas regulares completos e reservou à União competência para legislar sobre o ensino superior da capital da República e lhe deu, não privativamente, atribuição de criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover a instrução no Distrito Federal, embora fosse facultada a esse prover a instrução nos graus primários e médios. Donde se apresentava a possibilidade de organização simultaneamente não apenas de dois, mas de três tipos de sistemas escolares: o federal, o estadual e de duas formas de organizações escolares na Capital da República.

Finalizando, diríamos que as razões mais remotas das discussões centralização vs. descentralização poderiam ser encontradas no Ato Adicional de 1834. Dispositivo esse que vai se constituir num documento de referência que se fazia presente em diferentes debates sobre o problema, até o limiar da República.

\* Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro

# Apresentamos, nesta página, a reprodução de alguns documentos que ajudam a traçar a evolução das questões educacionais em nossa história.

## CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (24 de fevereiro de 1891)

### CAPÍTULO IV Das Atribuições do Congresso

Art. 35 Incumbe, outrossim, ao Congresso, mas não privativamente:

29) animar no País o desenvolvimento das letras, artes e ciências, bem como a imigração, a agricultura, a indústria e comércio, sem privilégios que tolham a ação dos Governos locais;

39) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados;

49) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

### SEÇÃO II

#### Declaração de Direitos

Art. 72 A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 6º - Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos.

## DECRETO Nº 346 \* DE 19 DE ABRIL DE 1890

Cria a Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos

O Generalíssimo Manoel Deodoro da Fonseca, Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, constituído pelo Exército e Armada, em nome da Nação, decreta:

Art. 1º Fica criada uma nova Secretaria de Estado, com a denominação de Secretaria de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos § 1º O respectivo Ministro e Secretário de Estado terá as mesmas honras, isenções e vencimentos dos outros Ministros.

§ 2º Para a mencionada Secretaria de Estado, serão transferidos, da Secretaria do Interior, os serviços relativos à instrução pública, aos estabelecimentos de educação e ensino especial ou profissional, aos institutos, academias e sociedades que se dediquem às ciências, letras e artes, e da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, os serviços dos correios e telegrafos.

§ 3º Para a organização da nova Secretaria, concorrerão os Ministérios do Interior e da Agricultura com o pessoal que puderem dispensar das respectivas Secretarias e das repartições e estabelecimentos que lhes são subordinados. Sala das sessões do Governo Provisório, 19 de abril de 1890, 2ª da República.  
MANOEL DEODORO DA FONSECA

José Cesario de Faria Alvim

\* O Decreto não foi publicado no Diário Oficial da União.

## DECRETO Nº 19.402, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1930

Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública

O Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º - Fica criada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública sem aumento de despesa.

Art. 2º - Este Ministério terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar.

Art. 3º - O novo ministro de Estado terá as mesmas honras, prerrogativas e vencimentos dos outros ministros.

Art. 4º - Serão reorganizadas a Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores e as repartições que lhe são subordinadas podendo ser transferidos para o novo Ministério serviços e estabelecimentos de qualquer natureza, dividindo-se em diretorias e seções, conforme for conveniente ao respectivo funcionamento e uniformizando-se as classes dos funcionários, seus direitos e vantagens.

Art. 5º - Ficarão pertencendo ao novo Ministério os estabelecimentos, instituições e repartições públicas que se proponham à realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são, entre outros, o Departamento do Ensino, o Instituto Benjamin Constant, a Escola Nacional de Belas-Artes, o Instituto Nacional de Música, o Instituto Nacional de Surdos-Mudos, a Escola de Aprendizes Artífices, a Escola Normal de Artes e Ofícios Venceslau Braz, a Superintendência dos Estabelecimentos do Ensino Comercial, o Departamento da Saúde Pública, o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional e a Assistência Hospitalar.

Art. 6º - Será aproveitado todo o pessoal, nos termos do Decreto nº 19.398, de 11 de novembro corrente.

Art. 7º - Para execução da presente lei, o Governo expedirá o necessário regulamento, regendo-se, provisoriamente, o novo Ministério pelo regulamento da Secretaria de Estado da Justiça e Negócios Interiores, na parte que lhe for aplicável.

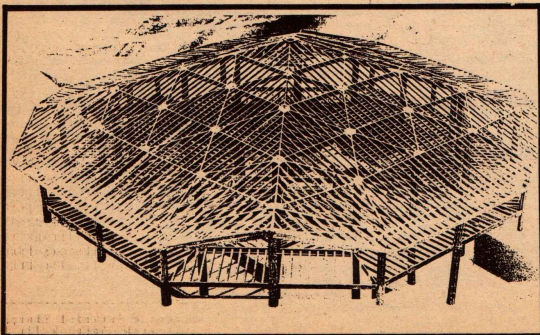
Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1930,  
109ª da Independência e 42ª da República.

GETÚLIO VARGAS  
Oswaldo Aranha

# PEDAGOGIUM

## MUSEU DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA



No novo prédio do Inep (maquete), na área física disponível do módulo central, funcionarão o Pedagogium, num espaço de 1.000 m<sup>2</sup>, dividido em dois ambientes: o subsolo e o térreo, que contém ainda um mezanino central, disponível para exposições e mostras de material iconográfico. O subsolo será reservado à Escola do Futuro, ao Laboratório-Demonstração e ao Centro de Treinamento para Professores e Alunos, com modernas técnicas de ensino e aprendizagem. Ainda neste espaço, funcionarão a Biblioteca, para conferências, palestras, cursos e reuniões; a Sala de Educação Especial, com objetivos semelhantes aos da Escola do Futuro; o Clube de Ciências e Cultura; e o Espaço de Convivência, para atividades recreativas.

No limiar da República, através do Decreto nº 667, de 16 de agosto de 1890, o então Ministro Benjamin Constant, do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, criou o Pedagogium.

Nascido do projeto de criação de um "Museu Escolar Nacional, na capital do Império, inspirado nos moldes europeus, em especial a França", o Pedagogium previa em seu regulamento que a instituição mantivesse uma biblioteca pedagógica com seção circulante, uma revista pedagógica, cursos e conferências científicas, exposições escolares anuais, entre outras atividades pedagógicas de igual importância.

De sua extinção, em 1919, restou apenas uma semente, que germinou com a criação, pelo Ministério da Educação, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Inep.

Com a atual política adotada pelo MEC, fortalecendo as funções do Inep e criando-lhe uma sede própria no Campus da Universidade de Brasília, renasce a ideia do Pedagogium, o Museu da História da Educação Brasileira.

A principal preocupação do Ministério da Educação é, através do Inep, valorizar a memória e preservar o muito que se conseguiu documentar em seu Arquivo Histórico e nos demais setores de sua biblioteca.

A filosofia do Pedagogium é integrar a memória passada e presente a uma antevisão do futuro, fazendo o funcionar como Centro de Referência da Memória Educacional Brasileira.

Pedagogium, uma ideia do limiar da República que, no seu centenário, o Ministério da Educação transforma em realidade.

**MEC**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Governo Federal - Tudo pelo Social

## CONVITE À LEITURA

O que dá pra tirar dá pra chorar — Trabalho e ensino nos livros didáticos. Ana L. A. Jurema. Recife, Governo do Estado de Pernambuco-Secretaria de Educação, 1989, 39 p. (Programa do Sertão ao Cais)

Este livro, que a autora prefere chamar de caderno, é o resultado de um trabalho desenvolvido pela Secretaria de Educação de Pernambuco, através do programa "Do Sertão ao Cais", no qual se abriu um espaço para a discussão acerca do livro didático, em que foram apresentadas pesquisas, realizadas em reuniões e debates, suscitando questões sobre o modelo de ensino.

Para a discussão nos grupos de estudo foi escolhido o mote trabalho, assim como tem sido tratado nos livros didáticos, onde se fez uma leitura crítica dos textos em confronto com a sociedade; o que é o trabalho e como ele vem apresentado nos livros didáticos, como se produz a existência material e intelectual na sociedade? E muitas outras questões foram abordadas. A conclusão a qual chegaram os professores é que, em geral, os livros são autoritários e fechados, e por isso pouco criativos, transmitindo conceitos imutáveis, indiscutíveis. Há uma análise sobre como os livros abordam a relação pátrio/emprego, trabalho humano/trabalho animal.

Observa-se, também, que o trabalho não está situado do ponto de vista histórico no livro didático, portanto, excluindo o próprio homem como ser que faz a história.

A segunda metade do trabalho traz um anexo com as idéias básicas e os textos produzidos que foram reunidos a partir das discussões, publicados em conjunto registro das produções coletivas. Cada texto contém: as idéias básicas e o texto que resultou delas, com a data e o local da produção.

Paschoal Lemme (Memórias). São Paulo, Cortez, Brasília, INEP, 1988, 3 Vol.

Paschoal Lemme, um dos maiores nomes do pensamento educacional brasileiro de nosso século, nasceu a 12 de novembro de 1904 no Méier, Rio de Janeiro, antigo Distrito Federal. Suas Memórias foram publicadas em três volumes, após a hesitação do próprio autor em levá-las a público.

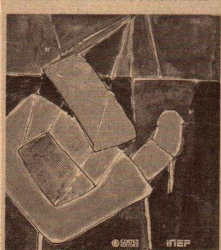
O primeiro volume, com o subtítulo Infância, Adolescência, Mocidade, contém a narrativa das origens, italo-portuguesas, do educador, as recordações da casa onde viveu sua primeira infância, os progressos rumo ao conhecimento do mundo, das pessoas, das palavras — falada e escrita — e do próprio ambiente familiar.

Paschoal Lemme dedica um capítulo inteiro à influência do espiritismo em sua formação, determinada pelo pai — a mãe era católica. Um dos fatos que mais marcou sua adolescência foi a insistência do pai para que ele seguisse o caminho da odontologia, o que não viria a se realizar. Paschoal optou por fazer a Escola Normal, acompanhando o curso que seu principal mestre no ensino primário, Teófilo Moreira da Costa, o havia apontado.

Aos 18 anos, Paschoal Lemme já estava com o diploma que o habilitava a exercer a profissão de professor primário da Prefeitura do antigo Distrito Federal. Após este período o educador inicia uma busca persistente no mundo da

ANA MARIA ARAÚJO FREIRE  
ANALFABETISMO NO BRASIL

da ideologia da inteligência do corpo à ideologia racionalista, ou do comércio sem ter o exatidão de CARRASCO (Petrogógico, Funes, MACHADO, ARAÚJO FREIRE, GIBERTAS, APOLONIAZ e GRACIAS em os SILVENS).



leitura, quando conheceu obras clássicas de escritores franceses, ingleses, russos, norte-americanos, alemães, além da literatura brasileira, aprofundamente seus conhecimentos em outras áreas.

Neste mesmo período iniciou seus estudos preparatórios para prestação do exame vestibular, objetivando estudar na Escola Politécnica, na qual ingressaria em 1925. Contudo, Paschoal Lemme não se limitou somente a estudar neste período. Logo após concluir seu curso normal, procurou dar aulas particulares tentando, assim, não depender da família para as despesas pessoais.

Paschoal Lemme não chegou a concluir seus estudos na Escola Politécnica e passou algum tempo conhecendo a língua alemã, o comércio e até mesmo a odontologia. Em julho de 1927 casa-se com Carolina.

Os anos vinte foram muito conturbados em todo País e Paschoal Lemme retrata em suas Memórias alguns desses momentos importantes. Entretanto, somente no final desta década que ele tomara um rumo decisivo em sua vida: ir a trabalhar com Fernando de Azevedo e conheceria grandes nomes do pensamento pedagógico brasileiro. O segundo volume de suas Memórias retrata exatamente esta fase (vida de Família, Formação Profissional e Opção Política). Paschoal interessa-se por estudar as idéias de John Dewey — um dos principais estudiosos da educação norte-americana —, Karl Marx e Freud — filósofo alemão e médico-psicanalista austríaco respectivamente. Somando as relações dos amigos de trabalho com as novas idéias e descobertas que então fazia, o memorialista toma uma posição política nitidamente progressista, o que iria interferir inevitavelmente em toda sua vida profissional.

Após a Revolução de 30, o panorama da área educativa brasileira toma outra tonalidade. Diversos intelectuais procuraram rediscutir o papel da educação na sociedade e como esta poderia ser aplicada na nova conjuntura que se forma-

va. Em 1932 foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação (Ver matéria página 09) e Paschoal Lemme foi um de seus signatários, juntamente com nomes como Anísio Teixeira, Roquete Pinto, Cecília Meireles, Fernando de Azevedo, entre outros.

Mudanças profundas efetuaram-se na primeira metade dos anos 30, os primeiros de Anísio Vargas no poder. Nestes anos Paschoal Lemme volta à Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal — cargo que havia abandonado — já na administração Anísio Teixeira. Toma-se inspetor de ensino do Estado do Rio de Janeiro, professor de História e Filosofia.

Tempos difíceis viriam. O memorialista descreve os anos de 1934-35 como os das "opções extremadas". Os movimentos populares tomam um rumo mais agitado e a política de Vargas endurece contra os movimentos progressistas. Paschoal Lemme é preso em fevereiro de 1936 e só será liberado em julho do ano seguinte, sem dívida, por suas posições políticas. Na prisão — a "Universidade da Cadeia" — chega a ler aulas de filosofia com Sérgio Kamrad.

Reflexões e estudos sobre problemas da educação e ensino. Perfis: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Heloísa Alberto Torres, Humberto Mauro, Souza Silveira. Este é o subtítulo do terceiro volume das Memórias, no qual a preocupação — o próprio subtítulo já o diz — é tratar do problema educacional brasileiro à luz de suas concepções e de sua experiência como educador. Paschoal Lemme faz uma análise extensa sobre o quadro educacional no País através de uma variedade de pequenos ensaios que vão desde conceitos sobre a liberdade até uma avaliação da UNE e outras organizações que interferiram e interferem na sociedade brasileira.

Destaca a importância de personalidades na área pedagógica e dedica um capítulo aos 53 anos da Associação Brasileira de Educação. Na prefácio do primeiro volume, Antônio Houaiss, membro da Academia Brasileira de Letras, assim descreve o memorialista: "Paschoal Lemme nunca abandonou a luta. Daí a relevância de sua luta e deste seu depoimento (as Memórias). E a forma autobiográfica é a perfeita para os objetivos finais destes assuntos: se à educação no Brasil alguém se deu tão integralmente, diuturnamente, numa prática contínua associada a uma busca contínua, a um aperfeiçoamento teórico contínuo, pela aferição contínua de sua validade prática, este alguém é Paschoal Lemme".

Em Educação Brasileira-500 anos de história: 1500-2000. São Paulo, Melhoramentos, 1989, 648 p.

Educação Brasileira-500 anos de história: 1500-2000 é o mais novo livro de Arnaldo Niskier sobre a questão educacional brasileira. Segundo o autor, a obra surgiu da necessidade —

História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889)

História e Legislação

de José Ricardo Pires de Almeida

Tradução: Antônio Chizzotti



sentida ao longo de 30 anos de convívio com os alunos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro — de um aprofundamento na análise do tema através de uma visão crítica da história da educação em nosso País.

O livro é o produto final de três anos de pesquisas e estudos, abordando as diversas fases da política educacional no Brasil. Nos primeiros capítulos, o autor estuda as origens europeias da nossa educação, partindo da situação do ensino em Portugal durante os séculos XV e XVI e dos cerca de 200 anos de presença dos jesuítas na educação brasileira. Na visão de Arnaldo Niskier, foram os educadores da Campanha de Jesus responsáveis por algumas das principais características da educação brasileira, o que significou vantagens, por um lado, e óbices, por outro.

Em outros capítulos, o autor faz um rigoroso levantamento das reformas educacionais ocorridas no País até o fim da Monarquia, passando pela tentativa de importação de métodos utilizados em outros países — e que não deram certo devido à sua inadequação às condições existentes no Brasil — pelas modificações introduzidas a partir da vinda da Família Real, em 1808, e pelas mudanças tentadas por D. Pedro II no sentido de dar uma nova estrutura à educação brasileira.

O autor prossegue com a análise política educacional no período republicano, em cujo início foram verificadas várias tentativas de democratização do ensino, reforçadas pelos ideais do federalismo. A seguir, Arnaldo Niskier aborda reformas educacionais posteriores à I Guerra Mundial, já influenciadas pelo sistema cultural e educacional americano, o que redundou na implantação da Escola Nova entre nós.

Sempre levando em conta o momento sócio-político-econômico brasileiro, o autor prossegue em sua análise crítica, estuda as mudanças do nosso sistema educacional durante o Estado Novo e após a promulgação da Constituição de 1946, passando pelo período de governos militares, alcançando a Constituição de 1988, até chegar aos dias atuais.

História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889). José Ricardo Pires de Almeida. Tradução de Antônio Chizzotti. São Paulo, EDUC, Brasília, INEP 1989, 365 p.

"O Brasil não está atrás de nenhuma nação sul-americana em matéria de ensino público e, em outros aspectos, nada tem a invejar de outros povos". Esta afirmação do autor, José Ricardo Pires de Almeida, esclarece os objetivos da obra: divulgar os avanços da instrução no Império, elevando-o, como o primeiro Estado entre os países latino-americanos — acima da Argentina, que desistira de grande prestígio internacional — e equalizando os progressos educacionais do País a

multos países europeus. Ao longo da obra pode-se perceber, facilmente, que o autor coloca-se como um monarquista, conservador e profundamente nacionalista, o que não o impede de escrever o trabalho em língua francesa, procurando, desse modo, atingir um público mais amplo, por ser esta língua "universalmente conhecida", afirma José Ricardo de Almeida.

Apesar do título indicar uma abrangência histórica que remonta ao período da Brasil Colônia, a fase que vai até a Independência em 1822 é descrita e analisada somente na Introdução, na qual é valorizado o papel dos jesuítas na formação educacional brasileira e destacada a ação dos padres Manoel da Nóbrega e Anchieta, considerando-os precursores do ensino no País. O restante do trabalho entoa, basicamente, o período do Império, com ênfase para as grandes questões da época: o método de ensino, o paradigma nacional de escola, a gratuidade do ensino, a coeducação, a criação da universidade, o livro escola, a educação feminina, custo do ensino, condições do magistério e outras.

Para construir este amplo painel, o autor serviu-se de diversos documentos da época — que podem servir como importante material para atuais pesquisadores e dos estatísticos. Uma das razões pela qual se deve a importância da obra é o fato de que foi a primeira história sistematizada da educação brasileira. O que não significa que deva ser lida sem o devido espírito crítico.

José Ricardo de Almeida fez, também, questão de estabelecer comparações estatísticas e analíticas entre a educação brasileira e outras da América e do mundo, em uma clara intenção de "cruzada contra a ignorância", tão influente entre os intelectuais europeus.

Para o tradutor do livro, Antônio Chizzotti, pareceu ser um contributo aos educadores, registrar os fatos que fizeram os problemas da educação há cem anos atrás", data da publicação do trabalho.

Analphabetismo no Brasil — Ana Maria Araújo Freire, São Paulo, Cortez Editora, Brasília, INEP, 1989, 236p.

O trabalho descreve, basicamente, o processo de formação e desenvolvimento da educação brasileira ao longo de quase quatro séculos, abrangendo o Brasil Colônia, atravessando o período imperial e atingindo a fase republicana que se estende até a Revolução de 30. Ao longo da pesquisa há sempre a preocupação de correlacionar a educação com as estruturas político-sociais de cada época abordada, com a clara intenção de compreender o analfabetismo a partir de suas raízes históricas.

A autora analisa a educação no modo de produção escravista e destaca o papel dos jesuítas, do período paulista e de João VI na formação educacional do Brasil Colônia. Após a Independência brasileira de Portugal (1822), o País atravessa uma fase de "inexistência de sistema educacional próprio" que vigora até 1850.

Da segunda metade do século passado até a Revolução de 30, a autora apresenta subsídios para a compreensão do fenômeno analfabetismo e de como deve ser lido nos primeiros anos do período da Proclamação da República, com suas diversas controvérsias políticas e mudanças. A partir de 1889, a autora faz referência ao ensino superior, das mulheres, e ensino normal, do jardim da infância, a formulação do ensino privar nos primeiros anos da República e o papel da iniciativa privada.